



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 013

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 013

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 05

Projeto de Decreto Legislativo 11

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Luciana Rafagnin 17

Dep. Luiz Eduardo Cheida 18

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Tadeu Veneri 20

Dep. Caíto Quintana 23

Grande Expediente:

Dep. Luiz Carlos Martins 23

Dep. Jocelito Canto 26

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 19

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 22

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 29

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 32

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli 33

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 34

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão/Votação

Redação Final 37

2ª Discussão 37

1ª Discussão 38

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 40

Transcrição 40

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 41

Ata de Comissão

Tomada de Contas 43

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer 43

DIÁRIO Nº 013

13ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

04 DE MARÇO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk,

Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Scana-
vaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Jonas Guimarães. Luiz Fernandes Litro e Plauto Miró (07).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 157/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transporte, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre a renovação de contrato de concessão firmado com a empresa F. Andreis, para a travessia da baía de Guaratuba. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 158/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transporte, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre a razão pela qual a Ferroeste, promove a venda em leilão público de 38 quilômetros de trilhos de seu estoque. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 005/09

Curitiba, 03/03/09.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude das reuniões ordinárias da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais (realizadas nos dias 16 e 17/02) e no Encontro Regional desta mesma entidade (nos dias 4, 5 e 6/03), precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis nas seguintes datas: 16 e 17/02 e 4 e 5/03.

Destaco que minha presença nestes encontros tornou-se fundamental, uma vez que exerço atualmente o cargo de 1º Secretário da entidade e também por se tratar de reuniões de planejamento para 2009, onde discutimos, entre assuntos, a realização do Encontro Regional Sul-Sudeste de Deputados Estaduais, evento que acontece nas próximas semanas em Curitiba.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Indicações

INDICAÇÃO Nº 175/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Planaltina do Paraná.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Planaltina do Paraná pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Planaltina do Paraná reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condição de arcar com os custos do material de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Planaltina do Paraná, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 176/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santa Cruz do Monte Castelo pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Santa Cruz do Monte Castelo reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Santa Cruz do Monte Castelo, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 177/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Porto Rico.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da

Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Porto Rico pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Porto Rico reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm, condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Porto Rico, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 178/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Paranacity.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Paranacity pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Paranacity reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm, condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Paranacity, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 179/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Nova Aliança do Ivaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Nova Aliança do Ivaí pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

No Município de Nova Aliança do Ivaí reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não têm condição de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Nova Aliança do Ivaí, portanto, mais do que constituir-se em importante vetor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO Nº 180/09

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinada ao Município de Fazenda Rio Grande uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere as autoridades acima citadas, a destinação ao Município de Fazenda Rio Grande, de recursos para a construção de uma (01) Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é

número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Fazenda Rio Grande.

Fazenda Rio Grande possui uma população de, aproximadamente, 79 mil e 255 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido desta Parlamentar.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ROSANE FERREIRA

INDICAÇÃO Nº 181/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia de educação e para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante o que seria a situação ideal, o Poder Público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao Município de Fazenda Rio Grande com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 03 do mês corrente, em virtude de reunião no Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Dr. Cayo Toshihiro Nishigawa, cirurgião dentista, com 49 anos de idade, no último 22/02, na cidade de Umuarama.

Dr. Cayo Toshihiro Nishigawa era filho do Sr. Toyonori Nishigawa e da Sra. Tamai Nishigawa. Deixa viúva a Dra. Cristina Hitomi Sawada Nishigawa e o filho Carlos Yoshio Nihigawa.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja endereçado expediente ao Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, parabenizando S. Exa. pela dignidade e firmeza no comando da mais alta corte de Justiça de nosso País, inclusive condenando a liberação de recursos públicos para praticantes de atividades ilícitas como nas invasões de propriedades agrícolas.

Recentemente teve a elogiável coragem de fazer, publicamente, restrições às violências, com mortes, em invasão de fazenda. O Ministro Gilmar Mendes já consagrou seu nome nos Anais da história, merecedor, portanto, também do reconhecimento e aplauso desta Casa de Leis.

Requeiro que a decisão desta Assembleia seja comunicada ao honrado Presidente do Supremo Tribunal Federal, com votos de permanente bênção do nosso Criador sobre sua vida pessoal, familiar e na missão que Deus nele depositou como semeador de Justiça.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao jovem Anísio Antônio Moreira Neto, 14 anos, pela conquista dos títulos de Campeão Brasileiro Laço Guri e Campeão de Braço de Ouro no Rodeio Nacional Crioulo de Campeões, que aconteceu em Araranguá, Santa Catarina.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a:

I - Anísio Antônio Moreira Neto.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pelo jovem Anísio Antônio Moreira Neto, Campeão Brasileiro de Laço Guri e Braço de Ouro.

Ele treina desde os sete anos sendo destaque da equipe de laçadores do CTG Galpão Amizade em Mamborê e foi homenageado com uma carreata e um jantar com amigos e autoridades. O reconhecimento do bom trabalho do jovem Anísio sempre representará um orgulho para o Município de Mamborê e para toda região, e sem dúvida algumas, a sua coragem e dedicação representa com a exaltação de nossa gente. Mamborê conta com quatro campeões brasileiros em provas de laço, Anísio é um jovem talento, motivo de orgulho ao Paraná.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor à Rádio Banda, pelos 10 (dez) anos de atividade no setor de radiodifusão com relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar a Rádio Banda B, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações o IEP - Instituto de Engenharia do Paraná pelos 83 anos.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) NEY LPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao IEP - Instituto de Engenharia do Paraná, que comemora nesta ano, 83 anos de fundação, na pessoa de se Presidente Luiz Cláudio Mehl, que vem ao longo deste tempo cumprindo seus objetivos, prestando informação, orientação e esclarecimento no acompanhamento dos interesses de seus associados e da categoria em geral, integrando e valorizando o exercício da Engenharia, sendo um fórum permanente de debates de interesse da vida do Paraná com a preocupação de promover o melhor encaminhamento dos temas junto aos setores competentes do Governo e da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 527

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Henrique Contieri Neto.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) NEY LPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Henrique Contieri Neto, médico urologista, do Hospital Evangélico e do Instituto de Neurologia de Curitiba - Hospital Ecoville, onde aplica uma medicina ética e de resultados, oferecendo serviços médicos seguros, eficazes e humanizados, com dedicação e responsabilidade, trata seus pacientes com espírito de humanidade e consideração, dando-lhes o melhor de seus conhecimentos, em prol da melhora de seu quadro clínico e de suas vidas.

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luigi Poniwass.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luigi Poniwass, jornalista e publicitário, é colunista do jornal Gazeta do Povo e autor do blog A Noite Toda, sobre a cena noturna da Capital do Estado, à noite, também exerce seu lado músico, como vocalista da banda DeLorean e por esta rotina, identifica-se com as coisas boas que acontecem na Cidade, passando pelo seu olhar investigativo e de captura das novidades, Curitiba é desvendada com crítica e aplausos de um profissional competente e dedicado.

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais desta Casa Legislativa, vem requerer a V. Exa., após a anuência do Plenário da Casa, seja oficiada a alta direção da Auto Viação Catarinense, para que estude alternativas e adote medidas para oferecer melhor local de desembarque - com maior segurança - para o passageiro que desembarca na BR-277, em sua linha Criciúma (SC) a Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A alegação da comunidade e dos passageiros da linha é que a empresa faz desembarque de passageiros a altas-horas da noite, às margens da BR-277 (trecho Cascavel-Foz do Iguaçu), em pontos de nenhuma segurança, onde o passageiro ou passageiros ficam a mercê de assaltantes.

Essa é a razão do requerido, substanciado pelos pedidos de providências feitos por usuários dessa linha e por inúmeras pessoas e lideranças das comunidades lindeiras à BR-227, entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto

Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a liberação de uma Patrulha Rodoviária para o Município de Jaguariaíva.

As especificações da solicitação constam no Ofício nº 028/09-GAB protocolado pela Prefeitura de Jaguariaíva junto à Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O pedido se justifica em virtude da grande extensão territorial do Município, de aproximadamente 1 mil e 500 quilômetros quadrados de área e mais de 1 mil quilômetros de estradas rurais, devido às fortes chuvas e falta de conservação dos últimos meses, as estradas encontravam-se em péssimo estado, causando inúmeros problemas aos moradores e consequentemente a Administração Municipal.

A precariedade das estradas também afeta o transporte escolar, a produção agrícola e demais serviços da área rural.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, em benefício da população de Jaguariaíva.

REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a liberação de recursos em materiais, por meio do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Paraná, para execução de obras de infraestrutura urbana no Município de Jaguariaíva.

Conforme ofícios protocolados pela Prefeitura de Jaguariaíva, segue abaixo listagem de materiais necessários e especificações das obras a serem executadas.

Ofício nº 034/09-GAB - solicita vigas pré-moldadas com 5,60 metros em concreto para aplicação na super-estrutura da ponte sobre o córrego Cinco Réis.

Ofício nº 038/09-GAB - solicita vigas pré-moldadas com 14,50 metros em concreto para aplicação na super-estrutura da ponte sobre o rio Bom Jardim.

Ofício nº 027/09-GAB - solicita vigas pré-moldadas com 15,50 metros em concreto para aplicação na super-estrutura da ponte sobre o rio Bom Jardim.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A recuperação dessas pontes vai melhorar o tráfego dos moradores das localidades rurais, por estarem localizadas nas principais estradas que dão acesso ao Município. De acordo com a Prefeitura de Jaguariaíva, essas estradas são utilizadas como linha de transporte de leite, de transporte escolar e extração de produção agrícola e madeireira. Motivo pelo qual a Prefeitura se

compromete em dar início às obras imediatamente após a formalização de convênio.

Conto com Vosso apoio nessa solicitação, em benefício da população de Jaguariaíva.

REQUERIMENTO Nº 498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Sertanópolis, conforme solicitação do Vereador Vieira.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Telêmaco Borba, conforme solicitação do Vereador Gilson.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Uraí, conforme solicitação do Vereador Leo Som.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Itaperuçu, conforme solicitação do Vereador Jeca.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná, solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Jataizinho, conforme solicitação dos Vereadores Alex Faria e Bidu.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Ribeirão do Pinhal, conforme solicitação dos Vereadores Julio Rosa e Eduardo Ribeiro.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Céu azul, conforme solicitação do Vereador Mário Mitmann.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Araongas, conforme solicitação do Vereador João do INSS.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador

do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Bom Sucesso, conforme solicitação do Vereador Zé Marconi.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Cel. Domingos Soares, conforme solicitação do Vereador Edinho.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Cornélio Procópio, conforme solicitação do Vereador Emerson Fonseca.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município da Lapa, conforme solicitação do Vereador Casturina.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Londrina, conforme solicitação do Vereador Pastor Renato Lemes.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Morretes, conforme solicitação do Vereador Claudiney Quinha.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Nova América da Colina, conforme solicitação do Vereador Mangue.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Ortigueira, conforme solicitação do Vereador Nivaldo Fartura.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Paçandu, conforme solicitação do Vereador Eduardo Pioneiro.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.
(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador

do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Pato Branco, conforme solicitação do Vereador Arilde Longui.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Porto Amazonas, conforme solicitação do Vereador Carlão Schimiloski.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de Quedas do Iguaçu, conforme solicitação do Vereador Valmor.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Paraná solicitando a liberação de um ônibus escolar para o Município de São Mateus do Sul, conforme solicitação do Vereador Paulo Ferreira.

Requer ainda, que seja enviado correspondência ao Vereador.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

Em atendimento ao Artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 18/03 do corrente, sob o tema posse, carreira e remuneração de funcionários de escola da rede estadual de ensino.

A Lei Complementar nº 123/08, de 09/09/08, a qual institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, contemplou uma grande bandeira de luta das trabalhadoras e trabalhadores da educação pública do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, a nova legislação exige um maior aprofundamento e apropriação por parte dos segmentos envolvidos a fim de que possam conhecer e defender de forma qualificada seus direitos.

A realização dos concursos públicos para funcionários de escola pelo Governo Estadual remete a necessidade de elucidar dúvidas e esclarecer o conjunto da categoria e setores envolvidos sobre as questões do Plano. A proposição de Audiência Pública sobre a matéria vem ao encontro desta necessidade através da contribuição da Assembléia Legislativa na discussão da mesma.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste/PR, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Secretário Estadual de Saúde, Gilberto Martin, solicitando a realização de estudos que viabilizem o repasse do Hospital Municipal de Foz do Iguaçu ao Governo do Estado e a transformação da instituição de saúde em Hospital Regional do Extremo Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Com o fechamento da Santa Casa Monsenhor Guilherme em 2005, o atendimento hospitalar em Foz do Iguaçu entrou em crise. Para resolver a situação de emergência, a Prefeitura resolveu construir um hospital municipal, no qual teve apoio do Governo do Estado que repassou R\$ 3 milhões para a construção da unidade de saúde.

O Hospital Municipal tem hoje 100 leitos, 11 UTI's, uma unidade de pronto atendimento, 380 funcionários, e recebe mensalmente mais de 10 mil pessoas, além dos 530 internamentos e cerca de 200 cirurgias. A população tem acesso a atendimentos cirúrgicos, internamentos clínicos e pediátricos.

Porém, o hospital ainda não foi concluído e a Prefeitura necessita de recursos para finalizar a obra e manter instituição em pleno funcionamento. No orçamento do Estado de 2009, propus duas emendas, no valor de R\$ 5.000.000,00 e R\$ 1.650.000,00 - aprovadas pelos Deputados e incorporadas na peça orçamentária - para conclusão das obras do hospital.

É necessário destacar ainda a política de saúde do Governo do Estado que está dotando todas as regiões do Estado com hospitais regionais para melhorar o atendimento de toda rede pública de saúde. Entre os hospitais em construção e construídos, o Estado conta com 38 unidades.

Em se tratando de Foz do Iguaçu, no caso do município repassar o hospital, o Estado além de concluir a obra, têm condições de manter seu funcionamento, dotando-se de recursos humanos, materiais e financeiros para o atendimento da população de outras cidades da microrregião Oeste: Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Itaipulândia, Serranópolis do Iguaçu, Missal, Ramilândia, entre outras.

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, qual o número de viaturas em funcionamento e que atendem a Região dos Campos Gerais, da Polícia Militar e Civil?

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja incluído nos Anais desta Casa, o artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, datada de 01/03/09, de autoria do Arcebispo Metropolitano Dom Moacir José Vitti, conforme cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O artigo publicado, de autoria de S.Exa. Revma. Dom Moacir José Vitti, fala por si só, portanto, deve ser incluído nos Anais desta Casa ante a sua esplêndida percepção das nuances sociais envolvidas na questão da Segurança Pública e demais aspectos religiosos que podem contribuir para uma diminuição da violência social.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 001/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVI, da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto nº 1378, de 29/08/07, que define procedimentos

a serem adotados pelo Departamento de Imprensa Oficial do Estado para edição e publicação do Diário Oficial estadual em meio eletrônico, e dá outras providências.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de decreto legislativo, que rem por objetivo obstruir os efeitos de ato regulamentar do Poder Executivo Estadual, tem previsão no Regimento Interno desta Casa de Leis, bem como fulcro na Constituição do Estado do Paraná, que assim dispõe:

Art. 54. *Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

[...]

XXVI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

(grifo nosso)

O ato normativo que, de forma flagrante, exorbita o poder regulamentar, e nasce para o mundo jurídico eivado de ilegalidade, justamente por confrontar os princípios da publicidade e do acesso à Justiça, motivo pelo qual o decreto legislativo em tela pretende sustá-lo, consubstancia-se no Decreto nº 1378, de 29/08/07, e tem o seguinte teor (íntegra em anexo):

Art. 1º *Determina que o Departamento de Imprensa Oficial do Estado providencie a edição e divulgação do Diário Oficial por meio eletrônico, em substituição à edição impressa.*

[...]

(grifo nosso)

Dessa forma, ainda que, frente ao princípio da publicidade, seja de caráter obrigatório a publicação dos atos normativos em periódicos (forma impressa do Diário Oficial), e, em caráter tão-somente suplementar por meio virtual, o Governo do Estado edita um decreto com fins de abolir a versão impressa do Diário Oficial, pretendendo manter tão somente as publicações on-line, procedendo a certificação digital do sítio e do conteúdo das publicações do Diário Oficial eletrônico (previsto no Decreto nº 2286/08).

Ademais, não obstante o enquadramento do caso em tela à hipótese constitucional deste remédio legislativo, cabe ressaltar o conflito de valores envolvidos: de um lado a intenção da máquina estatal em enxugar o orçamento, diminuir custos e despesas, e até mesmo proporcionar uma maior praticidade na pesquisa do Diário Oficial; por outro lado, a abolição do Diário Oficial na sua forma impressa poderia causar uma enorme dificuldade àqueles que tem acesso à internet, motivo pelo qual encontrariam uma grande barreira para acessarem as publicações que lhes são de interesse.

Portanto, tanto em relação às consequências práticas da abolição da forma impressa do Diário Oficial do Estado, quanto da própria ilegalidade de tal medida tomada pelo Poder Executivo Estadual, visto que o decreto a ser sustado exorbita dos limites do poder regulamentar, é que se propõe o presente projeto.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 061/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco do Ivaí, com sede no Município de Rio Branco do Ivaí e foro na Comarca de Grandes Rios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Branco do Ivaí, entidade fundada em 18/04/06, têm por finalidade atender as necessidades culturais, educacionais, desportivas e de saúde, do grupo a que destina o seu trabalho na comunidade em que está inserida, bem como, promover em caráter assistencial, o estudo e a pesquisa, buscando o amparo aos seus atendidos, além de contribuir para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representantes, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.256.768/0001-07, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 062/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar ao Município de Figueira, Estado do Paraná, CNPJ nº 78063732/0007-18, lotes de terrenos urbanos, com o intuito de doar com encargos para a implantação da Casa Familiar Rural, que especifica:

Lote de terreno urbano sob nº 01 (um) da quadra nº 11 (onze), com área de 922,21 m2 (novecentos e vinte e dois metros quadrados e vinte e um centímetro) situado no loteamento denominado Residencial Vale Verde, Município de Figueira, Estado do Paraná, pertencente ao Estado do Paraná, Matriculado sob nº 7808 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva/PR.

Lote de terreno urbano sob nº 02 (dois) da quadra nº 11 (onze), situado no loteamento denominado Residencial Vale Verde, Município de Figueira, Estado do Paraná com área de 526,00 m2 (quinhentos e vinte e seis metros quadrados), pertencente ao Estado do Paraná, Matriculado sob nº 7809 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva/PR.

Lote de terreno urbano sob nº 12 (doze), da quadra nº 11 (onze), situado no loteamento denominado Residencial Vale Verde, Município de Figueira, Estado do Paraná com área de 497,28 m2 (quatrocentos e noventa e sete metros quadrados e vinte e oito centímetros), pertencente ao Estado do Paraná, Matriculado sob nº 7819 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva/PR.

Lote de terreno urbano sob nº 13 (treze), da quadra nº 11 (onze), situado no loteamento denominado Residencial Vale Verde, Município de Figueira, Estado do Paraná com área de 804,46 m2 (oitocentos e quatro metros quadrados e quarenta e seis centímetros), pertencente ao Estado do Paraná, Matriculado sob nº 7820 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio deste projeto de lei que ora encaminhamos à apreciação desta Assembléia Legislativa, que trata da autorização para doação de áreas de terrenos urbanos, seguidos das respectivas cópias de suas matrículas, ao Município de Figueira, tendo por finalidade a estruturação da Casa Familiar Rural sendo que tal programa receberá do Orçamento Geral da União a quantia de R\$ 315.250,00 (trezentos e quinze mil, duzentos e cinquenta reais), sendo a contrapartida do Estado será a doação dos imóveis, que eram da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, e que foram doadas para o Estado para a implantação da Casa Familiar Rural.

Além disso, destaque-se que, nos termos do Contrato de Repasse de Verbas do Orçamento Geral da União, a Prefeitura Municipal de Figueira deverá investir R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais) e tem como prazo para a conclusão do empreendimento 18 meses.

Portanto, esperamos a aprovação deste projeto de relevo e importância para o Município de Figueira, por estes nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 063/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Parceiros da Saúde de Santo Antônio da Platina, com sede no Município e foro na Comarca de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Parceiros da Saúde de Santo Antônio da Platina, fundada em 29/11/07, têm por finalidade estimular atividades de assistência humanitária e social, visando oferecer informações aos mais desfavorecidos sobre saúde, higiene e educação preventiva.

Também tem por escopo, auxiliar e colaborar com os profissionais da saúde na formação e desenvolvimento, viabilizando estágios e convênios com Faculdades de Medicina, propiciando a troca de informações em nível acadêmico.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade, no Município de Santo Antônio da Platina e no Hospital Nossa Senhora da Saúde, ampliando seu trabalho aos habitantes da região a que se deslocam em busca de atendimento médico especializado, tratando-se de um serviço de sublime importância para a sociedade local, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 09.313.168/0001-21, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 064/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado do Paraná fica autorizado a reajustar em 14,9%, a partir do dia 01/05 deste ano, os salários dos servidores e servidoras ativos ou aposentados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Louvável a iniciativa do Governador Roberto Requião ao fixar, para a iniciativa privada, os novos valores do salário-mínimo. Houve entidade que acusou o Governador de fazer cortesia com o chapéu alheio, ou seja, por impor obrigação financeira à iniciativa privada, quando o seu próprio Governo não concede idênticos benefícios para os seus servidores estaduais. Além do grande alcance social do presente projeto para todos os servidores que prestam ou já prestaram relevantes serviços ao Estado, a aprovação pelo plenário, e, posterior sanção governamental desta matéria, servirá, inclusive, para desacreditar eventuais críticas ao governante de nosso Estado. Por isso, apelamos à sensibilidade dos nobres Pares para que aprovem nosso projeto de lei, garantindo, financeiramente, a igualdade entre todos.

PROJETO DE LEI Nº 065/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do Paraná a Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar patrimônio histórico e cultural do Estado do Paraná, a Banda de Música da Polícia Militar.

No dia 12/03/1857, o Presidente do Governo da Província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos, assinou a Lei de nº 30 que autorizava o tesouro da Província dispensar verbas para a criação de uma banda de música na Capital, que deveria ficar adida à Companhia da Força Policial. No dia 04/07 do mesmo ano, o ato 86 criou a Banda de Música da Companhia da Força Policial, tendo como seu primeiro maestro o cidadão Bento Antonio de Menezes, sendo que nessa época a banda era a única organização musical oficializada na Província do Paraná, participando das festas religiosas e civis da comunidade.

Em 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai, o maestro Menezes viajou ao Estado do Rio de Janeiro acompanhando uma força destinada ao Paraguai, sendo que oito músicos foram incorporados nas fileiras da Companhia da Força Policial. Destaque para o músico Clarimundo José da Silva, que seguiu para as linhas de combate como Soldado corneteiro.

No dia 22/05/1880, o Imperador D. Pedro II ao visitar o Paraná, foi recepcionado pela Banda de Música, onde recebeu referências elegias do Imperador, conforme registrou o pioneiro jornal Dezenove de Dezembro.

Sua primeira apresentação em público foi no dia 07/09/1861 já definitivamente organizada, participando ativamente em todos os momentos festivos do nosso Estado e tornando indispensável a sua presença.

Em 1959, o maestro Capitão Angelo Antonello foi convidado pelo Presidente Juscelino Kubistcheck para se apresentar com a banda na inauguração de Brasília; no entanto tal viagem não se concretizou.

No ano de 1961, sob a vigência do então Tenente-Coronel Antonello, a banda gravou o seu primeiro LP, "A Banda Chegou". Em 1968, gravou seu segundo LP, sob a regência do maestro Capitão Acyr Benedito Tedeschi.

Suas apresentações ganharam perormance e seu destaque a colocou como referência diante das demais bandas militares em todo o Brasil, conquistando o seu espaço no cenário nacional, realizando concertos em todo o interior do estado e nos principais centros culturais, tais como no Teatro Municipal do Rio de Janeiro; na Praça da Glória também no Rio de Janeiro entre outros; na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, em julho de 1951, foi classificada como a melhor Banda de Música do País.

Atualmente ela é formada por 87 cmponentes e seu maestro é o Subtenente Roberval Gomes Barbosa, que responde pelo comando da banda desde o dia 25/07/07.

Lista do Maestros da Banda da Polícia Militar do Paraná:

Maestro Bento Antonio de Menezes (1857-1875)
Maestro Clarimundo José da Silva (1875-1892)
Maestro Vicente D' Aló (1892-1913)
Capitão Romualdo Suriani (1913-1942)
Coronel Angelo Antonello (1942-1960)
Capitão Acyr Benedito Tedeschi (1960-1976)
Capitão Izidoro Rossi (1976-1980)
Capitão Isaac Otávio da Silva (1980-1991)
1º Tenente Antônio Manoel Alves (1991-1992)
1º Tenente Eliazar Moreira dos Santos (1992-1994)
1º Tenente Maximiano Pereira da Silva (1994-2000)
Capitão Paulo Kühn (2000-2007)

Por integrar o ambiente cultural da sociedade paranaense em seus 152 anos de história, espero contar com o apoio dos demais Srs. Parlamentares que integram este Poder, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 066/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio Francisco de Carvalho.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/03/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Pio Francisco de Carvalho nasceu dia 25/09/59, em Cruzeiro D'Oeste, Paraná, sendo filho de Júlio Francisco de Carvalho e Maria Paulina de Carvalho. Mudou-se para Curitiba aos 17 anos de idade, para estudar e trabalhar. Em 1990 graduou-se bacharel em teologia, pela Faculdade Batista e gerenciou a empresa Biogalênica Química e Farmacêutica Ltda. Casou-se com Roseli Zadureski de Carvalho no dia 05/12/84 e tem três filhos: Dereck, Rômulo e Lohanna. Ingressou ao Ministério como Pastor da Igreja chamada El Shadai em 1988. O Sr. Pastor Pio Francisco de Carvalho e sua esposa receberam um chamado de Deus para iniciarem um trabalho voltado ao pastoreamento de vidas em grupos familiares em 1994. Um grupo de 10 casais uniu-se a eles nessa visão e começaram os cultos públicos. Deu-se o nome para a comunidade de Comunhão Cristã ABBA. Dentro dessa comunidade local implantados a Escola de Treinamento Ministerial em 1996. Essa é uma escola de nome nacional, com alunos de diversas regiões do Brasil. O CEDUCA, Centro de Educação Cristã ABBA, 1999, é uma escola que oferece educação infantil, atendendo crianças de três a seis anos e Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries, ensinando aproximadamente 100 alunos a viverem os princípios bíblicos, preparando-os para governarem esta nação. Também figuram nesses anos o trabalho, de evangelização nas delegacias, hospitais, lares de idosos, vilas, assistência social para inúmeras pessoas e pela ABBA Promoção Social. Destaca-se a criação da Escola de Treinamento Ministerial Integral, no ano de 2004.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, comitê da imprensa e paranaenses que acompanham os trabalhos desta Casa.

Terminou quase duas horas da manhã a Sessão do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou o mandato do Governador do Maranhão, Jackson Lago.

A proposta de decisões da Justiça Eleitoral, a Folha de São Paulo traz um artigo interessante: "Democracia ou desrespeito ao voto". A matéria não é de minha autoria, é do jornalista Vitor Gabriel Rodrigues. "A Mudança de Governo no Estado da Paraíba e a quase anunciada troca de poder do Maranhão, pela força de decisões do TSE, desvelam questões que não têm sido discutidas com a devida eficiência, demonstram tal como tracejada a tutela dos direitos eleitorais pelo Judiciário. Suas decisões, por mais bem intencionadas que sejam, podem apresentar consequências deletérias ao contexto democrático."

Aliás, pela madrugada, o Presidente do TSE estava rebatendo esse artigo da Folha de São Paulo, o Ministro Ayres Brito. Diz o artigo:

(Lê):

“Não posso criticar a intervenção do Poder Judiciário no processo eleitoral direto, porque fazer cumprir leis, após observação rigorosa dos direitos de defesa, como tem ocorrido, compõe interesse público. E tal interesse, reto, suplanta qualquer proveito político-partidário. Nesse ponto, o rigor com que tem agido o Tribunal Superior Eleitoral dá prova do desapego à opinião pública, virtude da Justiça.

Tampouco passa despercebida a força exemplar intrínseca às sentenças severas, a projetar para o futuro suas consequências. Trata-se de um efeito próximo ao que, no Direito Penal, se chama prevenção geral negativa: a extrusão, pelo Tribunal, de Administradores Públicos que atuaram irregularmente nas campanhas eleitorais, disciplinará os próximos pleitos, por conta do medo difuso de se receber punição análoga. Creio ser esse efeito pedagógico o principal móvel do rigor que os julgamentos eleitorais assumiram de tempos para cá.

Apenas arguo se é recomendável a exclusão *ex post*, ou seja, posterior ao pleito, do ocupante do cargo político, vencedor no escrutínio. A justiça dessa decisão parece-me falhar nos meios e nos fins.

Porque a balança começa a se desequilibrar já quando se nota que, nos recursos contra expedição de diploma e afins - ao contrário do que ocorre em um processo-crime, mesmo eleitoral - há um interessado, alguém que, coloquialmente dizendo, lucra com a condenação alheia.

Entenda-se que quem move tal ação eleitoral não é o Ministério Público, a quem ali incumbe pouco mais do que fiscalizar, mas a coligação preterida nas urnas. Duas partes digladiam-se: a coligação que pretende o poder e aquela que não o quer perder.

O desequilíbrio completa-se com a falta de paridade na averiguação da hididez de campanha: somente a parte vencedora na urna é submetida à sabatina judiciária da regularidade de campanha, enquanto a parte que pleiteia o poder, em regra, não sofre semelhante devassa. Em tempos de cifras negras de irregularidades eleitorais (que sinaliza uma lei anacrônica), surge o risco de trocar-se candidato ruim por outro pior.

Com a paridade corrompida, basta lançar luz ao que resta: o que deveria ser um exercício do interesse público na regularidade de campanha transforma-se em tentativa de inversão, judicial, do pleito popular - uma nova disputa, em novo tablado, mas com as mesmas regras. Explico: como um microssistema, o discurso de advogados não é em quase nada distinto do discurso publicitário. Mudando-se o público e a linguagem, a tribuna preserva parte das fissuras da campanha eleitoral: discursos emocionalmente persuasivos, argumento de autoridade, influência e até problemas não muito distintos em relação ao financiamento de seus protagonistas.

As vicissitudes seguem as mesmas, a não ser que se assuma que os Juízes têm convicção mais legítima, porque muito mais ilustrados. Mas essa afirmação é ainda mais arriscada, pois enfrenta até mesmo a razoabilidade: para se comprometer a capacidade de decisão do ser humano, por exemplo, no Direito Penal, é necessário que ele seja de todo alienado ou esteja sob coação irresistível - e não é essa a situação do eleitor que elegeu candidato usurpador da máquina pública ou corruptor dos meios de imprensa. Os motivos para declarar-se que um eleitor decidiu de forma não-livre, em voto secreto, devem ultrapassar a propaganda abusiva, sob pena de menosprezo à capacidade de livre-arbítrio. Se os meios estão desequilibrados, os fins tampouco os compensam. Fácil é notar que, no processo de destituição de um Governador por ordem do Tribunal, a boa sensação do rigor com a regularidade das campanhas políticas não é compensada pelo dissabor do ataque à soberania do voto.

Quando se leva em conta, ainda, que muitas vezes o voto do eleitor consiste em uma decisão negativa, ou seja, a decisão sobre quem não deve ser eleito, a diplomacia desse negativado pelo escrutínio popular soará a afronta.

Não se pretende que o Ministério Público e o Poder Judiciário curvem-se ao pouco caso que candidatos fazem às leis do voto. Mas há de se advertir para consequências sistêmicas do desfazimento da decisão popular.

Víctor Gabriel Rodríguez, advogado, é professor doutor do Departamento de Direito Público da FDRP - USP (Faculdade de Direito de Ribeirão Preto). É autor de *Argumentação Jurídica e de Tutela Penal da Intimidade*.

Ele está dizendo que tem sempre alguém por traz para derrubar quem foi eleito, para tirar proveito, para ficar com o cargo. Para derrubar alguém tem sempre alguém por traz. E diz que às vezes uma coligação aprontou horrores numa campanha, caixa dois, fez sujeira, passou por cima da lei e perdeu a eleição. Aí vai questionar na Justiça e a Justiça pune o que ganhou e poupa o lado perdedor tapando os olhos, fazendo de conta que o lado que perdeu, mas que agora, pelo tapetão, vai chegar ao poder.

Parabéns a esse jornalista da Folha de São Paulo. A Justiça tira do Poder de alguém que eventualmente tenha cometido alguma irregularidade e bota no Poder alguém que agiu muito pior do que aquele que foi o vencedor das eleições. Se você pegar o cara que o povo diz: “Não te quero como Prefeito, não te quero como Vereador, não te quero como Deputado”, a Justiça vai lá e diploma o cidadão: “O senhor foi renegado pelo povo, pelas urnas, mas nós vamos te transformar num vencedor.”

Parabéns por este artigo.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O jornalista Víctor Gabriel Rodríguez, da Folha de São Paulo, está questionando que a Justiça Eleitoral tem

tomado medidas que afrontam a vontade soberana e democrática manifestada pelo povo nas urnas. A Justiça pega uma coligação que aprontou, que abusou da lei, perdeu a eleição, foi renegada pelo povo, transformam o derrotado em vencedor e passam a pagador. Já expirou o prazo, não tem mais nada a fazer contra a coligação que aprontou durante a eleição e que, derrotada nas urnas, vai chegar ao Poder por força da vontade de dois ou três cidadãos que estão ali julgando os recursos eleitorais.

Outra matéria, Presidente, é sobre o que temos dito da tribuna: o descaso das autoridades do Paraná com o atendimento ao povo. Parece que as autoridades que chegam ao Poder não estão nem aí com o povo. Aqui estão faltando vagas no ensino médio no Estado do Paraná. O adolescente que quiser estudar durante o dia, como é que uma mãe ou um pai vai colocar um filho de 14 anos para estudar à noite, para estudar numa escola que pode ser muito longe, teria que atravessar a cidade, com tanto bandido, estuprador, drogado, traficante de drogas. Se o Governo não ampliar as escolas, não contratar mais professores e mais funcionários, com certeza muitos pais não vão permitir que o adolescente saia de casa para estudar à meia-noite, uma hora da madrugada e voltar da escola correndo.

Tem o problema da escola, tem o problema do Instituto de Identificação, fila para tirar identidade. Tem o DETRAN, outra vergonha, demora para tirar uma carteira de habilitação. Agora está aqui a matéria: "Hospital Universitário de Londrina, pacientes sendo atendidos no corredor." Num local para 26 pessoas, o jornal detectou que estavam sendo atendidos 57 pacientes, num lugar onde só cabiam 26!

E onde está o Governo? O Governo tem que tomar providências, o Governador Roberto Requião! É um descaso com a saúde do povo, com a falta de UTIs, com a falta de mais leitos, com a falta de mais hospitais, mais médicos, enfermeiros e funcionários. O problema do IML é outra vergonha! A Receita Federal, que nós falamos, não nos compete, porque é federal, mas temos que sensibilizar a Bancada do PT nesta Casa para fazer chegar aos ouvidos do Presidente Lula, que aqui no Paraná quem depende de algum documento na Receita Federal está passando por uma humilhação: filas enormes, extensas, entra na fila, pega senha, tem que voltar outro dia. Depois leva, 10, 15 dias para fornecer o documento que o cidadão está precisando!

É preciso respeito das nossas autoridades com o povo. Volto a insistir, alguém poderá dizer: "Mas o Sr. Antonio Belinati não sabe que o Paraná cresceu, que aumentou a população?" Sei, Deputado Antonio Anibelli, sei. O Paraná cresceu, graças a Deus, está aumentando a população, mas está aumentando também o dinheiro no caixa o Governo. Porque todo mundo paga imposto. Então, é obrigado do Governo crescer junto, no atendimento ao povo, construindo mais escolas, mais hospitais, melhorando o IML, o Instituto de Identificação e o DETRAN.

Para concluir, farei agora uma defesa ao Governador Roberto Requião: teve uma entidade que "deu um pau" na cabeça do Requião, dizendo que o Requião, com esta história de aumentar o salário-mínimo e impor novo salário-mínimo para a iniciativa privada pagar, para os empresários pagarem, acusaram o Governador Roberto Requião, de maneira injusta, de querer fazer cortesia com o chapéu alheio. Eu não acredito nisso, Presidente Antonio Anibelli.

Para demonstrar que estamos certos que o Governador Requião não quer fazer cortesia com o chapéu alheio, vamos fazer um teste. Estamos entrando hoje nesta Casa, fazendo um atendimento de igualdade para descaracterizar - até para acabar com essas críticas ao Governador Requião - estamos apresentando um projeto que esperamos que os Deputados do Requião nesta Casa aprovem e que o Governador sancione, dando 14,9% de aumento também para todos os servidores do Estado, sejam ativos ou ao aposentados. Aprovado o projeto, isso é igualdade, sendo que o servidor público está aí com a corda no pescoço, devendo para agiota, devendo para financeira, endividado até às calças, e tem servidor que muitas vezes vai sair de casa pela manhã e já sai com o cobrador na porta com um aviso do cartório, do protesto, ou da financeira.

Então, para demonstrar que o Governador Requião não quer fazer cortesia com o chapéu alheio, estamos com esse projeto. Ele quer que o empresário, o lojista, o industrial, o comerciante, o agricultor, o patrão da doméstica dê 14,9% de aumento para os funcionários. Está ótimo Governador Requião. Meus parabéns! Melhor ainda é aprovar o nosso projeto para dar esse aumento também para os servidores do Estado, para todos os servidores e servidoras e inclusive para quem já prestou relevantes serviços ao Paraná e que hoje está aposentado.

Então, daqui a pouco, Deputado Anibelli, o nosso projeto estará nas mãos de V. Exa. É um grande teste para o Governador Requião acabar com essa crítica. Então, o nosso projeto é uma grande chance de mostrar que o Governador Requião não faz cortesia com o chapéu alheio, porque ele manda o particular dar aumento para o seu funcionário e ele também vai dar o aumento. Por isso é só aprovar o nosso projeto, que está amparado por lei, que vai fazer a alegria também de todos os servidores e servidoras do nosso Estado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para registrar na Casa que tomamos conhecimento, e acho que todos os Parlamentares também já tomaram conhecimento da decisão, da manhã de hoje, do Supremo Tribunal Federal em relação à nomeação e Maurício Requião no Tribunal de Contas. Quando Maurício Requião foi indicado para ocupar o cargo de Conselheiro, nós aqui da Assembleia questionamos, principalmente os Deputados de Oposição, primeiro

porque o cargo era da Assembleia Legislativa e nada mais justo do que o Deputado Caíto Quintana ou o Deputado Durval, que eram dois pretendentes a ocupar esse cargo, assumirem essa função tão importante junto ao Tribunal de Contas, como Conselheiro. Mas o Governador Roberto Requião impôs e indicou o nome do seu irmão, Maurício Requião, e diante da indicação do irmão do Governador, tanto o Deputado Caíto Quintana como o Deputado Durval Amaral abriram mão, retiraram as suas candidaturas. Mas hoje o Supremo, liminarmente, e diga-se de passagem que uma liminar é dada pelo próprio Ministro, agora foi votada por unanimidade essa liminar e Maurício Requião está afastado, ao menos temporariamente, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Essa é a informação que queria trazer, oficialmente, aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Apenas complementando V. Exa., houve uma liminar contra os prazos. Não cabe a mim repreendê-lo, mas nada tem a ver com os Deputados Caíto Quintana e Durval Amaral. A liminar é contra Maurício Requião, contra os prazos que a Assembleia... Ao menos temos conhecimento a respeito dessa liminar, a não ser que seja outra.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Em relação aos prazos, em relação...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Uma liminar contra uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Como eu disse, Presidente Antonio Anibelli, é uma liminar que foi concedida na manhã de hoje e foi a julgamento. E participaram desse julgamento os Ministros: Carlos Alberto Menezes, Joaquim Barbosa, César Peluzzo, Ellen Gracie, Marco Aurélio e Gilmar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Apenas contradisse V. Exa., pois citou os Deputados Durval Amaral e Caíto Quintana, que nada têm a ver com a liminar. É um assunto político.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente Antonio Anibelli, a vaga ocupada é da Assembleia Legislativa. Eu apenas lembrei que tínhamos nesta Casa dois candidatos, mas quando veio o irmão do Governador eles não disputaram contra o Maurício Requião, porque a disputa seria desigual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Foi uma liminar contra os prazos que a Assembleia Legislativa não cumpriu. É só isso, não estou contestando V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

A nossa assessoria nos traz a informação agora que não é contra os prazos da Assembleia Legislativa, mas em relação à indicação do Maurício Requião, pelo fato de ser irmão do Roberto Requião.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Fiquei curioso. Quem é o autor dessa ação?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

É uma ação popular.

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apesar do assunto que me traz à tribuna nesta tarde, não é a questão de Maurício Requião, mas quero dizer que a eleição do Maurício foi legítima e aprovada. Acredito que ele deva permanecer no cargo.

Sr. Presidente, na tarde de ontem estivemos em uma audiência com o Secretário da Agricultura. Foram apresentadas várias reivindicações ao Secretário e fizemos um reforço nas reivindicações sobre a estiagem que ocorreu no Sudoeste. Estivemos também com o Presidente da SISCLAF, o Sr. Francisco Pereira, que representa mais de 5 mil agricultores que trabalham na produção do leite de 27 Municípios do Paraná.

Esses produtores de leite do Sudoeste do Paraná vêm clamando por um apoio por parte do Governo do Estado, assim como também têm reivindicado apoio do Governo Federal, no que se refere à questão dos exames de brucelose e tuberculose.

Esses exames fazem com que o agricultor tenha um custo de 50% daquilo que ele ganha com o leite. É um custo muito elevado. Foi entregue a pauta de reivindicações ao Secretário Valter Bianchini, que ficou de conversar com o Governador Roberto Requião.

Tenho certeza que algumas medidas serão tomadas com relação ao apoio aos agricultores, principalmente no que se refere a essa questão dos exames, à comprovação da sanidade animal.

Sabemos que todos que bebem leite, que comprem o leite, precisam ter a segurança da qualidade do leite. Sabemos que isso é fundamental e defendemos isso também. Agora, é claro que precisamos, no momento em que discutimos a questão, de uma maneira especial, da agricultura familiar, ter apoio por parte do Governo, neste momento em que fazemos, junto ao Governo do Estado, algumas reivindicações com relação à SIP, outras com relação ao SIF. Então, o apoio está, também, sendo solicitado por parte do Governo Federal, mas de uma maneira especial aqui no Estado do Paraná, principalmente com relação aos exames que são exigidos na questão da brucelose e tuberculose.

Queria aproveitar este momento, embora o tempo passe muito rápido aqui, mas gostaria de reforçar o pedido que fizemos ao Presidente da Casa, Nelson Justus, para que coloque em pauta a PEC n° 123/07, na próxima segunda-feira, tendo em vista que no domingo, 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher. Esse é um pedido meu, do Deputado Elton Welter, das Deputadas que representam o Poder Legislativo esta Casa, Deputadas Cida, Beti e Rosane. Solicitamos ao Presidente Nelson Justus que coloque em pauta a PEC n° 123/07, que concede 180 dias de licença-maternidade às servidoras públicas do Estado do Paraná. Já fizemos esse pedido ao Presidente Nelson Justus.

Nada mais justo que aprovemos essa PEC durante este mês dedicado às mulheres, em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, um dia marcado pela luta, pelo luto das mulheres que morreram em busca de uma vida mais digna, em busca de justiça. Nada mais justo que, em homenagem às mulheres, possamos aprovar neste mês, de uma maneira especial na próxima segunda-feira, e já solicito o pedido do voto favorável dos Srs. Deputados, porque, com certeza, vai ser uma maneira de reconhecermos todo trabalho, toda importância que tem a mulher na sociedade. De uma maneira especial estaremos contribuindo para que as crianças possam ter uma saúde melhor, possam conviver um pouco mais de tempo com a mãe, tendo em vista a licença-maternidade de 180 dias.

Quero reforçar o pedido que fizemos ao Presidente Nelson Justus e esperamos que, na próxima segunda-feira, possamos votar essa PEC. Assim poderemos homenagear todas as nossas mulheres servidoras do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador, no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar à Mesa Diretora dos trabalhos de hoje à tarde, bem como os Deputados e Deputadas da nossa Assembleia Legislativa.

O que me traz à tribuna é uma novidade que o Paraná vai experimentar, a partir de sexta-feira agora, depois de amanhã, em termos ambientais. Pela primeira vez, dois Estados brasileiros vão se juntar, vão se unir para cuidar de um rio, e trata-se de um dos rios mais importantes do nosso Estado, da Federação, porque não é do Paraná, que é o rio Paranapanema. Um rio com uma extensão de mais de 900 quilômetros, tem exatamente 929 quilômetros de extensão e é um rio que, embora o senso comum acredite que ele divida os dois Estados, Paraná e São Paulo, sabemos que esse rio une os dois

Estados, não apenas por isso a sua importância, mas a importância na geração energética, a importância histórica porque, ao longo do Paranapanema existem ruínas jesuítas, remanescentes de quilombos, enfim, existem uma série de questões culturais, ambientais, econômicas e assim por diante.

O que acontece? Nesta próxima sexta-feira, na cidade de Londrina, às 10h30 da manhã, os dois Secretários de Estado, tanto do Paraná, o Rasca Rodrigues, como do Estado de São Paulo, Chico Graciano, juntamente com o Presidente da Agência Reguladora de Águas, o José Machado, estarão assinando um termo de compromisso para que em 60 dias seja executado um plano de trabalho e que esse plano de trabalho englobe toda a bacia do Paranapanema.

É preciso dizer que isso está acontecendo pela primeira vez, é uma mudança de postura, é uma postura inteligente, já que é um rio que serve a praticamente 4 milhões de pessoas. O rio Paranapanema, dentro da esfera de abrangência da sua bacia, moram 62% dessas 4 milhões de pessoas, e ele passa por 267 Municípios, sendo que 141 desses estão no Paraná. Ou seja, dispensam-se comentários com a magnitude da importância de um rio, como o nosso rio Paranapanema, que pela primeira vez, volto a insistir, os dois Estados trabalharão juntos em um plano de trabalho para a bacia, a ser integrado pelos Governos do Estado de São Paulo e do Paraná. Isso significa que o rio será gerido pelos dois Estados de forma harmônica. Não é o Estado de São Paulo pensando em plantar e o Paraná desmatando, ou vice-versa, não é de um lado se implantando uma indústria poluente e do lado de cá reclamando que a poluição está chegando, porque a gestão será integrada entre as duas Secretarias, o que fará com que possivelmente o rio tenha uma qualidade infinitamente maior do que nos últimos anos.

E a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem também um pouco a ver com isso, porque no ano passado aprovamos aqui um projeto de minha autoria dando ao rio Paranapanema uma data para que pudéssemos comemorar como o Dia do Rio Paranapanema, o dia 27 de agosto. E São Paulo havia feito a mesma coisa há alguns meses antes. De modo que quando apresentei o projeto que foi acolhido por esta Casa, aprovado, sancionado e é lei, que institui o dia 27 de agosto o Dia do Rio Paranapanema, São Paulo também havia feito e fizemos a justificativa em cima dessa argumentação.

Por isso, acredito e trago a notícia aos nobres Parlamentares, faço um convite aqui para aqueles que puderem estar em Londrina a próxima sexta-feira, depois de amanhã, às 10h30 da manhã, no Parque de Exposições Ney Braga, para que lá, juntos com os dois Secretários de Estado, de São Paulo e do Paraná, mais o Presidente da ANA, possamos testemunhar a assinatura desse importante para que os dois Estados vizinhos estão dando na preservação do seu grande, importante e histórico rio, que é o Paranapanema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência registra a presença do Prefeito de Santa Lúcia, o Sr. Renato, e de Vereadores, a pedido do Deputado Caíto Quintana e do Deputado Elio Rusch.

Próximo orador é o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados.

Uso esta tribuna, porque hoje a imprensa do Paraná noticiou que o Governo do Estado anunciou, no dia de ontem, o novo salário-mínimo regional, elevando o atual salário regional em aproximadamente 15%. Nada contra esse aumento, acho que quanto mais o trabalhador pode receber, com mais amor ele dedica-se a sua função.

Temos que fazer algumas considerações, Srs. Parlamentares. Quando o Governo do Estado instituiu, parece-me que em 2006, o salário-mínimo regional e agora elevando o mesmo a partir de maio, e torno de 15% - o salário chega a ultrapassar a casa dos R\$ 600, R\$ 650 - disse o Governador e, principalmente, os seus adeptos, que salário-mínimo regional do Estado do Paraná estaria 30, 35% superior ao salário-mínimo nacional. Com isso, o Governador quer dizer que o Paraná paga o melhor salário-mínimo no nosso País.

Ora, vamos entender alguma coisa. Concordamos com o Governador. Tanto é que quando foi votado o salário-mínimo regional, todos os Deputados aprovaram, independente de Oposição ou Situação. O que questionamos naquele momento, e voltamos a questionar agora, é se o Governo do Estado institui um salário-mínimo regional e impõe neste um aumento de 15%. Mas quem deve pagar isso? O setor privado e não o Governo do Estado. Enquanto que o Governador do Estado do Paraná aumenta em 15% o salário-mínimo regional, os nossos funcionários do Estado do Paraná receberam no último aumento algo em torno de 5%. Então, fica muito fácil fazer vento com o chapéu alheio.

O que queremos e pedimos ao Governador Roberto Requião, na hora em que for enviada a mensagem aqui para a Assembleia Legislativa, em abril, ou mesmo no mês de março, aumento o salário dos funcionários públicos estaduais, por favor, concedam o mesmo aumento que o senhor está impondo para a iniciativa privada.

Há duas coisas que precisam ser comparadas, Srs. Parlamentares. Primeiro, o salário-piso, o mínimo regional, fixá-lo em 600 e tantos reais, tem que ser o salário básico para os funcionários públicos estaduais e não incluindo todas as vantagens.

Tenho que fazer outro comparativo. O Governador Roberto Requião e o então Secretário, na época, Maurício Requião - quando Secretário da Educação - defendiam o piso nacional dos professores. O piso nacional dos professores foi promulgado pelo Presidente da República em julho do ano passado. Para surpresa dos professores do Estado do Paraná - o nosso Governador

disse para os professores, que defendia o piso nacional dos professores - Requião, junto com os Governadores de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul, entraram com uma ADIN, arguindo a inconstitucionalidade do piso nacional dos salários. Está aqui a ADIN protocolada, no Supremo Tribunal Federal.

Quando o Governador sentiu a mancada que a sua administração teria feito com a classe do magistério, ele enviou para esta Casa uma mensagem no mês de novembro, instituindo o piso estadual dos professores da rede república estadual. Logo em seguida retirou a mensagem, enviou outra instituindo o piso estadual dos professores, ou seja dos profissionais da educação básica. Retirou os professores e disse que o salário para os profissionais de educação básica, no âmbito da administração estadual, não poderia ser inferior a R\$ 1.392 para 40 horas de trabalho.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Pois bem, Deputados, concordamos com esse projeto. Agora, o piso, Deputado Caíto Quintana, que nós entendemos, quando você vai instituir, é o piso sem as vantagens. Porque os adicionais são conquistas que os profissionais vão obtendo. Se você incluir todas as vantagens, então não tem piso. A mesma coisa, falamos dos policiais militares. O soldo que Soldado tem é algo em torno de R\$ 200, R\$ 300. O resto são adicionais por periculosidade, por tempo de serviço, pelo trabalho realizado.

Ora, por que falo isso aqui? Se o Governador do Paraná quiser por um aumento de 15% para o setor privado, tem que aplicar no mínimo 15% de aumento linear para todos os funcionários públicos do Estado do Paraná. Porque não é justo, você tem que cumprir a lei, eu não preciso: você precisa, sim, pagar; eu não preciso. Agora, o piso dos professores, é o salário básico. Não podem incluir no piso estadual dos professores as vantagens que o professor tem, seja por instrução, seja por tempo de serviço. Se não, estamos sendo injustos com os professores.

É isso que questionamos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Deputado, me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentar o nobre Deputado pelo pronunciamento. Dizer que esta preocupação com o salário, com a carreira dos servidores públicos, e também em especial dos professores do Estado do Paraná, é uma preocupação louvável por parte do Deputado Elio Rusch. E a nossa preocupação também, nós que fazemos parte da direção da APP e também da coordenação do Fórum dos Servidores Públicos no estado do Paraná, já em Seminário recente tiramos a proposta e no mínimo 15% de reajuste geral, para 1º de maio, para todos os servidores, e para os professores, de 25.97%, que é a diferença que existe entre o salário pago aos professores e aos demais servidores públicos do Estado do Paraná, com formação de nível superior, por uma jornada de 40 horas.

Então, estamos em campanha salarial e o pronunciamento de V. Exa. vem ao encontro do desejo dos servidores públicos, dos professores do Estado do Paraná.

Parabéns e nos somamos a esta reivindicação que V. Exa. traz à tribuna no dia de hoje.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço ao Deputado Lemos pelo seu aparte. E lembra-lo que V. Exa. não era Deputado no ano passado, assumiu este ano. Quando estávamos aqui votando esse projeto do piso estadual dos professores, ele passou pela CCJ, pela Comissão de Educação, não sei se em outras comissões também, e veio para o plenário. Quando veio para o plenário, os Deputados de apoio da base do Governo pediram a retirada desse projeto por 10 Sessões. O projeto está aqui na Casa e as razões e as 10 Sessões já passaram.

Quero aproveitar esta oportunidade e pedir à Mesa e assessoria da presidência que este projeto retorne para a Assembleia Legislativa. Uma vez que o requerimento foi aprovado por 10 Sessões a sua retirada, ele não retornou mais. Foram quatro Sessões em 2008, antes da retirada, e já passaram dezenas de Sessões de 2009. Então, esse projeto tem que voltar à Ordem do Dia em Plenário, para que possamos discutir e aperfeiçoar esse projeto do piso estadual dos professores no Estado do Paraná;

Mas, volto a dizer, o piso estadual dos professores é o salário básico e não dá para incluir todas as vantagens, porque um professor que está no magistério há 15 anos, ou que está há 25 anos, ou está há cinco anos, ou aquele que recém entrou no magistério, vai ter o mesmo salário, não vai ter vantagem nenhuma.

Então, o piso tem que ser o salário básico. Esse é o básico e sobre esse básico terá as suas vantagens, por tempo de serviço, por grau de instrução, com já disse, e outras vantagens e mais, se não o que estamos fazendo? Estamos fazendo de conta que o Governo do Estado, Deputado Tadeu Veneri, ou fazendo de conta que os Deputados Estaduais estão votando um projeto de interesse dos magistérios do Estado do Paraná, quando na verdade nada mais é do que fazer uma justificativa diante de um ato impensado, quando se assinou uma ADIN junto com outros Governadores para derrubar uma lei que o Congresso Nacional tenha aprovado, favorecendo os professores de todo o Brasil.

Até posso concordar, de repente, alguém, uma Prefeitura lá no Nordeste ou algum Estado do Nordeste, não tenha condições de pagar esse piso nacional, mas o Paraná não. Nós temos condições, sim, temos que valorizar os nossos professores, que quanto maior for a valorização por parte do Governo aos professores do Estado do Paraná, com toda certeza estaremos melhorando a qualidade do ensino e melhorando a Educação do nosso Estado.

Mas, para tanto, se faz necessário que o projeto que estava tramitando, que estava na Ordem do Dia no ano passado aqui na Assembleia Legislativa, que foi retirado a pedido de um dos Deputados da base do Governo

do Estado, e acredito que não é por iniciativa do Deputado, deve ter sido a pedido do Governador Roberto Requião, como o projeto saiu no ano passado, retirado por 10 Sessões, já passou muito mais! Dez Sessões já tem este ano, ou mais Sessões! E as Sessões do ano passado que aconteceram, onde ficaram? Onde está o projeto? O projeto o próprio Governador retirou. Seria para enganar ainda mais os professores? Eu acredito que não.

Então, precisamos trazer esse tema à discussão aqui no plenário para que todos os Deputados possam se manifestar e os professores do Estado do Paraná possam verificar quem efetivamente está do lado dos professores, que quer instituir o piso estadual do professor, que é o piso básico, não com as vantagens ou aqueles que querem fazer o jogo do Governador, o faz de conta que estamos agradando os professores ou quem trabalha na área da Educação no Estado do Paraná.

Seriam estas as considerações que queria fazer, esperando que o Governador, na hora que enviar a mensagem para a Assembleia Legislativa propondo o aumento do quadro estadual dos nossos funcionários, seja o mesmo aumento, no mínimo de 15%, linear para todos, seja na área da Educação, seja para a Polícia Militar, como agora, parece que já está tramitando um projeto aí, aumento apenas para Oficial e para os Praças não. O projeto de aumento tem que ser linear, tem que ser igual para todos.

É isto que nós queremos. É esta verdade que buscamos aqui na Assembleia Legislativa e esperando que o Governador seja coerente com seus atos, com aquilo que ele fala, e principalmente nós Parlamentares aqui na Casa.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes, Prefeitos e Vereadores que assistem a Sessão do dia de hoje. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, por cinco minutos.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Retorno a esta tribuna, porque nesses últimos dias temos feito aqui um debate a respeito da situação de empresas contratadas pela Prefeitura Municipal. E ontem o Deputado Rossoni trouxe algumas informações que gostaria de passar para esta Casa, uma vez que o Deputado Rossoni já havia se manifestado publicamente no sentido de trazer algumas informações daquelas que eu buscava também aprovar aqui. Infelizmente não foi aprovado e é preciso que passemos para esta Casa.

Antes porém quero registrar que estive na Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, protocolando o mesmo pedido de informações que seria feito por aqui. Estive também protocolando no Ministério Público Estadual e na Controladoria Geral da União, os três pedidos, para que seja investigada a relação que

foi por diversas vezes citada aqui nesta tribuna e por jornais e blogs, sobre a contratação de uma empresa que realizou determinadas obras e que poderia estar em situação irregular com o Município de Curitiba. Essa empresa, todos sabem, é a empresa que está hoje inclusive, a Prefeitura colocando, não oficialmente ainda, mas está colocando que há uma suspensão de todos os contratos feitos com ela, a empresa Iguatemi Construções e que tem alguns dos sócios, vou citar aqui, foram citados já na resposta trazida pelo Deputado Rossoni. Antes porém, só quero colocar que os contratos feitos pela Iguatemi e a empresa de Curitiba somam R\$ 5.525.393,85. Alguns deles já desde 2006 e me parece que o objetivo principal que temos hoje é: sabermos o que aconteceu de fato.

Eu vi com bastante interesse a informação que a Prefeitura estaria, na segunda-feira, ao término do contrato, não renovando o contrato do IMAC - Instituto de Administração Pública da Cidade de Curitiba, com a corretora que também faz parte desse mesmo grupo empresarial e que havia uma série de questionamentos feitos. Além disso a Prefeitura diz agora que estará suspendendo as obras que estão sendo feitas pela Iguatemi. Há poucas obras, diga-se de passagem, porque boa parte delas já foi concluída ou estão em fase de conclusão.

O que me chamou a atenção é que, infelizmente, tivemos que esperar quase três anos, para uma situação que foi apontada ano passado, mas que há três anos já existia pelo Tribunal de Contas, a situação que já havia sido levantada e também sido questionado sobre uma subcontratação de uma das empreiteiras, que não é permitida por lei e que esse tempo todo nós tivéssemos que esperar para termos uma resposta e infelizmente a resposta veio de uma forma, eu diria bastante rápida, nos últimos cinco ou seis dias, mas veio por conta de uma pressão que está sendo feita e uma pressão que não está sendo feita em cima do Prefeito obviamente, mas de diversos Secretários.

Chama-me atenção, porque o Tribunal de Contas do Estado do Paraná já havia se manifestado em maio de 2008, para saber a respeito dessa contratação. O Tribunal de Contas já havia mandado tanto para a Prefeitura de Colombo, como à Prefeitura da Fazenda Rio Grande, diversos questionamentos, que foram respondidos da forma como já tive oportunidade de relatar aqui.

Esse é o grande questionamento que fazemos, mas que apesar de tudo isso a Prefeitura ou as pessoas responsáveis - Prefeitura é muito genérico - os Secretários responsáveis, o Secretário Municipal de Obras, principalmente continuaram contratando uma empresa, mesmo ela estando sendo questionada. Claro que o questionamento não significa que essa empresa tenha que ser inabilitada para futuras contratações. Mas o fato de ela ter sido subempreitada, isso fere a Lei das Licitações, e isso por si só já seria motivo para afastamento.

Sr. Presidente, ao fazermos alguns desses questionamentos a respeito das contratações feitas com a COHAB, com a URBS, com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que é um dos contratos que não está aqui, até porque o pedido de informações não foi feito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, esse valor que eu passei aqui certamente é maior, eu estarei trazendo para esta Casa todos os contratos feitos, porque nas respostas que obtivemos vieram apenas àqueles que naquele momento aqui na Assembleia haviam solicitado e que o Deputado Rossoni prontamente estendeu.

Para registrar que a Construtora Iguatemi tem com os seus associados, a partir de uma mudança que foi feita, a décima terceira alteração contratual, Gabriel Klaus, Ricardo Klaus, Murial Macelo Klaus, acredito que são três irmãos da mesma família ou pessoas correlacionadas e que não quer dizer absolutamente nada, mas que estamos solicitando estas investigações feitas nesses órgãos, Ministério Público, Ministério Público Estadual e também na Controladoria Geral da União, porque me parece que é no mínimo curioso que uma empresa que não tenha sido habilitada possa ter realizado essas obras em Curitiba, e que agora queremos saber se essa empresa também realizou obras da mesma forma na Região Metropolitana, se realizou ou não obras com o PAC, se realizou ou não obras para o Governo do Estado do Paraná, e tudo isso vem porque tivemos, num determinado momento, um grande questionamento, e esse questionamento precisa ser feito e é isso que nós, aqui desta tribuna, temos utilizado o tempo todo e aqueles que já foram Prefeitos sabem que muitas vezes a Prefeitura e o Prefeito não têm condições de acompanhar tudo o que aconteceu.

É preciso que seja alertado para as coisas que acontecem na Prefeitura. Esse alerta tem sido feito há três anos. Não é de hoje que a Prefeitura de Curitiba vem sendo alertada sobre esse problema específico. Não poderia demorar tanto tempo para que nós tivéssemos uma resposta. Inclusive só veio porque o Deputado Valdir Rossoni se prontificou a levar para a Prefeitura o pedido que havia feito aqui - e eu já lhe agradeço, pessoalmente - o pedido que havia feito aqui, o Deputado Valdir Rossoni levou e trouxe.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

E a mesma dúvida que tenho é certamente a que outros Deputados também têm: se houve uma determinação do Procurador Bonilha para que fossem suspensas todas as contratações. Alguma coisa não foi bem entendida, alguma coisa não foi cumprida, porque algumas das contratações continuaram sendo feitas e aí, é claro, a Prefeitura deve ter seus mecanismos, e no momento oportuno deve fazê-lo, e acho que não pode ser a pessoa que fez a licitação.

Eu participei da CPI da COPEL, e se tem uma coisa que me preocupa muito, hoje, é que nessa CPI fomos direito no contador da COPEL, direto no responsável, no setor de advocacia, e mais uma pessoa que trabalhava na COPEL. Os três foram demitidos, os três foram exonerados. Tanto o contador como aquele que estava na advocacia, o responsável pela parte jurídica da COPEL, como um terceiro. E essas pessoas que apontamos aqui como de fato sendo responsáveis por todo o processo que, no nosso entendimento, trouxe prejuízo à COPEL, continuaram por aí, belos e faceiros.

Estas coisas, então, temos que tomar cuidado, porque o que não pode acontecer agora é que o responsável pela licitação acabe sendo punido, quando na verdade o responsável pela licitação é apenas a pessoa que faz o processo. Não é ele que determina o processo. Se alguém que deve ser questionado, é porque ou o Secretário, ou Procurador Geral do Município, que a seu tempo não cumpriu aquilo que havia sido determinado, ou seja, que esta empresa tivesse suspenso os contratos com a Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas acredito que estamos no bom caminho, porque as coisas vão acontecer.

A minha preocupação é que por este tempo todo não tenhamos mais casos semelhantes acontecendo. Sabemos que o Governo Federal é moroso, extremamente moroso, aliás, haja vista o que aconteceu ontem com o Diretor Geral do Senado, 13 anos como Diretor Geral, e o Senado, hoje, está tomando uma medida que me parece extremamente sábia e prudente, de fazer um debate sobre a limitação do tempo, que seria dois anos. Quer dizer, o Diretor Geral teria um tempo de dois anos e talvez não aconteçam mais coisas como aconteceram, como vimos antes de ontem e nestes dias todos, de uma casa aparecer de repente, de R\$ 5 milhões, e ninguém saber de onde é.

Estas coisas são prudentes porque nos colocam num patamar melhor. Da mesma forma, aqui em Curitiba. Se a Prefeitura demorou três ou quatro anos para ter uma conclusão sobre um caso que veio nos últimos 15 ou 20 dias, veio à tona e está sendo debatida, espero que não tenhamos outro, mas acho que devemos estar alertas. Até porque como Deputado Valdir Rossoni bem lembrou, somos Deputados que temos base em Curitiba. Todos. Absolutamente todos. O Deputado Osmar Bertoldi, que foi Vereador, sabe que a nossa principal base eleitoral é Curitiba. E temos a obrigação de trazer todas as preocupações de Curitiba e Região Metropolitana.

Antes de concluir, quero fazer mais uma consideração. Hoje o Deputado Elio Rusch já abordou a questão do Secretário Maurício Requião, hoje não mais Secretário, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, e que nós elegemos. Acho que não há irregularidade na eleição aqui, do ponto de vista formal. Agora, o Supremo Tribunal Federal entendeu diferente. E eu

falava para o Deputado Valdir Rossoni, o Supremo Tribunal Federal entendeu diferente e naquela votação eu fui muito questionado, os senhores sabem, até pela questão do nepotismo, que estive à frente de diversas lutas contra, mas me parece que se prevalecer a visão do Supremo Tribunal Federal nós teremos uma sequência de questionamentos feitos, por exemplo, para outros Secretários Especiais do Estado, tanto do Eduardo que é irmão do Governador e que está na Secretaria Especial, como para a Sra. Maristela, que também está na Secretaria Especial. Falava o Deputado Valdir Rossoni, hoje, aqui, para a Sra. Fernanda Richa, que foi nomeada diretamente no gabinete do Prefeito, não foi nomeada na FAS. A nomeação, Decreto nº 24 do dia 02 de janeiro, foi nomeada diretamente no gabinete do Prefeito, provocará uma onda não sabemos exatamente onde irá terminar, mas sabemos que estará aberta uma possibilidade inclusive para que seja revista uma ação do STF, que ao meu ver foi equivocada, quando se fez a Súmula Vinculante nº 013, deixando aberta a possibilidade para que Secretários, Secretárias pudessem ser pessoas ligadas à família do Governante.

Por que falo equivocada? Porque quanto tínhamos uma situação em que as pessoas não podiam ser nomeadas, porque eram questionadas, o que nós víamos era que essas pessoas eram nomeadas em situações não relevantes, com algumas exceções, obviamente, que é o caso específico aqui do Paraná. Quando o Tribunal especificou que era possível, o Estado de São Paulo e o menor Estado do País, todos se acharam no direito de colocar todas as pessoas da sua família em cargos de Secretário. Então, tenho viajado pelo interior do Estado e os senhores que são do interior do Estado, melhor do que eu, conhecem a realidade que estamos vivendo hoje. Não tem uma cidade no interior do Estado do Paraná, com raras exceções, que não tenha o marido, a mulher, o filho, a filha, o tio como Secretários.

Então, talvez agora, nesse julgamento do STF, tenhamos uma posição que possa fazer com que esse erro seja corrigido, porque estive recentemente em uma Prefeitura e achei até engraçado, porque o Prefeito me apresentou a Secretária Especial da Educação, que era sua filha, entrou o seu filho e ele falou que era o braço direito dele, era o Secretário da Administração, e entrou um terceiro, que também era da família, e não sei se era sobrinho ou primo. Falei: puxa vida, não tem mais Secretaria, toda família está nas Secretarias. Haja competência nessa família!

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

É um pequeno aparte. Dizer que se criou ainda uma outra figura. Temos lá as Secretarias e as chefias de gabinete, e agora criaram Secretarias de Chefia de Gabinete. Não se buscou nem a adequação do nome.

Então, você coloca o irmão na Secretaria de Governo e a esposa na Secretaria de Chefia de Gabinete. Então, realmente é uma vergonha e o senhor tem razão. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputada Rosane.

Acho que o que vale é terminar com aquilo que Millôr falava: “Ou nos locupletemos todos, ou acabamos com essa pouca vergonha.” Acho que isso serve para o país e serve para todos nós, porque é possível que cometamos erros? É claro que é, sim. Todos somos seres humanos e não cometamos erros? É claro que é, sim. Todos somos seres humanos e não somos infalíveis. Agora, o que pode acontecer de melhor é que possamos corrigir esses erros e espero que o Tribunal corrija, porque na sequência iremos corrigir outros também, que no meu entendimento são erros da administração.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares.

O que me traz à tribuna é porque esse assunto foi ventilado aqui na Assembleia, de uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal sobre o afastamento do Conselheiro Maurício Requião. Acho que é anteciparmos essa questão, porque a grande maioria tomou conhecimento aqui no plenário, sem saber nem sequer se a liminar pode sofrer recurso ou não.

Essa liminar pode ser, sim, contestada e terá que ter um julgamento de mérito junto ao Supremo Tribunal Federal, e acredito que havendo presença de advogado... porque notem V. Exas. que essa liminar foi concedida hoje pela manhã, sem a presença de advogado de defesa, foi revogada uma liminar concedida anteriormente pela manutenção do decreto de nomeação. Agora, o que me chama atenção, e temos que formar posição, é que os assuntos elencados nessa liminar dizem respeito à Assembleia Legislativa e não ao Governo do Estado.

O primeiro motivo: “Nem sequer a Assembleia Legislativa aguardou o término de prazo aberto para inscrição de candidato”.

Isso não é verdade! A Assembleia Legislativa abriu e essa vaga discutiu-se muito tempo. Tanto que essa vaga ficou quase um ano com o Vice-Governador Orlando Pessuti. O segundo motivo diz que ela aconteceu por Sessão aberta e não fechada. Isso quer dizer que foi voto aberto.

Pergunto: a votação da Assembleia Legislativa para sua Executiva foi aberta ou fechada? Foi aberta, por-

que o nosso Regimento determina que as votações sejam abertas, aliás é o que está se cobrando do Brasil inteiro. Portanto, essa colocação que foi aberta é uma resolução nossa, aqui dentro.

Outra colocação que acho impressionante é a do Ministro, dizendo que existem cargos administrativos e políticos. Nos cargos administrativos não pode existir, sob forma alguma, nomeação de parentes. Nos cargos políticos pode, se não for nepotismo cruzado, a existência de parentes, e desqualifica essa nomeação como cargo político e coloca como cargo administrativo.

Permito discordar do julgamento preliminar do STF. Pergunto: o Governador do Estado poderia nomear um Conselheiro do Tribunal de Contas sem antes a Assembleia Legislativa ter aprovado seu nome? O ato do Executivo é apenas a concretização do ato praticado pelo Legislativo. Porque só o Poder Executivo pode nomear, mas a definição foi tomada por este Plenário, por unanimidade, a votação do Maurício.

Portanto, é o Plenário desta Casa que indicou esse nome e o Governador apenas fez o decreto para formalizar numa indicação do Legislativo, visto que a Assembleia Legislativa é o órgão ao qual o Tribunal de Contas está vinculado. Então, não está caracterizada uma nomeação do Governo.

Cita aqui que houve uma contração do Conselheiro do Tribunal de Contas. Não houve contração nenhuma! O que houve foi uma nomeação, que não é contrato.

Esse assunto precisa ser discutido na sequência, com os advogados das partes. Deve ter o respeito que o caso merecem, porque afinal de contas é a Assembleia Legislativa que procedeu a essa votação.

E devemos torcer para que não tenhamos contestação sobre a forma que a própria Assembleia Legislativa indicou um Conselheiro que, eventualmente é irmão do Governador, mas que tantos outros já foram indicados e outros tantos também serão indicados ainda.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Em fins de 2008, no ano passado, foi aprovado nesta Assembleia um pedido de informações de minha autoria com a Bancada de Oposição. Um pedido de informações à COPEL pleiteando uma série de informações a respeito da Fundação COPEL. Acabo de receber da presidência da Casa o ofício resposta da COPEL, por meio do seu Presidente Rubens Ghilardi, a quem agradeço a rapidez e o conteúdo da resposta.

Tenho revelado, nesta tribuna, a necessidade cada vez mais de termos transparência nas coisas públicas. Este assunto me parecia com uma série de dúvidas, que foram sanadas com a resposta da COPEL.

Para que todos tenham conhecimento, a transparência seja compartilhada, e é preciso compartilhar, passo a oferecer aos companheiros e companheiras desta Casa o teor da resposta e comentários que penso serem importantes para todos.

A primeira pergunta que fizemos, Deputado Elio Rusch, e V. Exa. está lembrado: “Como é composta a direção da Fundação COPEL?” Peço a atenção dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, do Líder do Governo, Deputado Romanelli, porque este assunto é da maior importância. Ele é tão importante que fizemos por escrito, porque existem números e com números não brincamos. No improviso, você pode cometer enganos e erros.

(Lê):

“1º) Como é composta a direção da Fundação COPEL?”

Criada em 1971, a Fundação COPEL, sua diretoria executiva é atribuída ao conselho deliberativo, do qual fazem parte seis membros efetivos e seis suplentes, sendo metade deles indicados pela COPEL e a outra metade eleita pelos funcionários. O atual mandato vai até 30 de abril de 2010.

Portanto, Srs, a COPEL tem direta interferência sobre a indicação da diretoria executiva e sobre os destinos operacionais, de investimentos e saúde financeira da fundação.

2º) Que percentagem a COPEL contribui mensalmente à Fundação?

É de 10,47% o percentual médio mensal de 2008 sobre a folha de salários, mais encargos e demais obrigações. Trata-se de um valor significativo. Elevado. Temos que reconhecer que a COPEL tem um quadro de servidores qualificados, presta bons serviços. Mas cobra por isto. E cobra bem.

É uma irrigação mensal, contínua e volumosa de dinheiro à disposição da fundação. Dinheiro que pertence ao povo do Paraná, aos usuários da COPEL. Afinal, estes 10,47% sobre toda a folha bruta mais encargos, transforma a Fundação COPEL num dos maiores ativos do Estado. Façamos, cada um de per si, um simples exercício simulado: a COPEL teria 1 mil funcionários,? Ou seria 5 mil? Digamos então que o salário médio fosse R\$ 2 mil e 500, ou e R\$ 4 mil. Encargos e obrigações devem somar mais uns 75%. E aí, 10,47% disto vai direto para o caixa da Fundação COPEL.

É fundamental, muito importante, que se faça um monitoramento das atividades, das aplicações, das receitas desta fundação.

3º) Quais as participações acionárias da Fundação COPEL?

a) Em 1996, foi adquirido 20,41% do porto privado de Antonina, terminais portuários da Ponta Félix, equivalente a R\$ 47 milhões. De acordo com o diretor

financeiro da fundação, em 28 de novembro de 2008, esta aplicação representava um valor patrimonial de 31 milhões.

É válido, então, se perguntar: houve perda neste investimento? Espero que a diretoria da COPEL, ou particularmente da própria fundação, nos esclareça este ponto. E mais, sendo o segundo investidor no empreendimento, já em funcionamento, indicou alguns membros da sua diretoria? Ou no conselho de administração?

b) Em 1997, foi feito investimento na SANEPAR, indiretamente, via Fundo investidor Institucional, de 0,046%.

c) Em 2005, a fundação investiu na própria COPEL, comprando 7 milhões de debêntures, ou seja, 5,25% deste negócio (COPEL 13);

Será prudente, recomendável, até lícito, este negócio? Dinheiro que sai da COPEL, volta como investimento. Quer dizer, um problema na COPEL e o tesouro do Estado terá problema duplo, na COPEL e em sua fundação. Como a COPEL tem metade do conselho deliberativo, um negócio altamente suspeito! Terá esta operação sido aprovada pelo Governador? Já teve aprovação do Tribunal de Contas do Estado? E adiciono o fato do item anterior, onde pequena mas igual aplicação na SANEPAR, outro órgãos do Governo Estadual.

d) Em 1996, houve investimento de R\$ 2 milhões no Fundo de Investimento Nova Morada, significando 24,92% do total deste fundo. Nada sei deste projeto e espero que venham mais notícias. Qual o valor patrimonial, hoje? Será que valeu a pena?

e) Em maio e setembro de 1996, em dois lotes foram adquiridos 14% do Shopping Curitiba, cuja última avaliação representa 18 milhões. Mas qual terá sido, na ocasião, do investimento, o valor aplicado? Aumentou? Ou foi também um investimento que diminuiu?

Como se pode notar, depois de 1997, houve apenas a compra de 7 milhões de debêntures da própria COPEL. Não há registro, nesta resposta, de outros investimentos. Fico na dúvida se há grande valor em depósito bancário, cash ou se realmente o repasse feito mensalmente de 10,47% da folha bruta mais encargos não está cobrindo com folga os gastos da fundação. Não há sobras que permitam novos investimentos?

Estaria a COPEL com os repasses em dia? Ou o motivo desta ausência de novos investimentos é resultado de inadimplência da COPEL?

Como vimos, temos que, mais uma vez, agradecer a presidência da COPEL o envio destas informações. Mas pedimos que sejam adicionados os esclarecimentos necessários aos questionamentos que aqui fizemos. Não devemos deixar que um sólido instituto dos funcionários da COPEL, um fundo no papel muito atraente, com qualquer dúvida. Quanto mais cedo esclarecemos estas questões, melhor. Peço que o ilustre Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, traga o mais rápido

possível, respostas aos questionamentos que colocamos. Para o bem de todos.

Estou entregando à Mesa, cópia da resposta integralmente, para que seja transcrito em anexo ao meu pronunciamento, para arquivo histórico.”

Muito obrigado.

Este requerimento de pedido de informações foi aprovado, aqui, nesta Casa, por unanimidade, com a concordância do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. São números que servem para a nossa reflexão. É claro que precisa haver um desdobramento de tudo isso. É importante, urgente e o povo do Paraná espera que todos nós, Deputados, façamos esse papel.

Eu ainda tenho muitas dúvidas. Por exemplo: quanto é que a COPEL repassa mensalmente para o fundo? Porque não temos o número de funcionários e não temos aqui o valor da folha de pagamento e dos encargos da COPEL. Está obscuro. Até porque também não fizemos esse pedido, não perguntamos. E eles também não responderam. Então, esses questionamentos todos ficam para que possamos ter esclarecimentos e para fazê-los para o povo do Paraná.

Agradeço sinceramente a atenção.

“Companhia Paranaense de Energia - COPEL
DRDO-C/0990/2008/DFI
Curitiba, 23/12/08.

Exmo. Sr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil.

Governo do Estado do Paraná.
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n.
Palácio das Araucárias - Centro Cívico.
CEP: 80530-140 - Curitiba/PR.

OFÍCIO CEE/CC 2152/08: Informações da COPEL

Em atenção ao Ofício CEE/CC 2152/08, de 27/11/08, protocolado no Sistema Integrado de Documentos sob o nº 07.386.667-7 - objeto do ofício nº 3.069/08/CEA, de 24/11/08, do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, e de seu requerimento anexo de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins -, cumpre-nos informar o que se segue, relativamente aos questionamentos levantados no requerimento em questão:

1. A Diretoria dessa Fundação COPEL é eleita por seus associados ou tem indicação pela diretoria da COPEL?

A Fundação da COPEL é entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, criada em 01/12/71, para execução e operação de planos de benefícios previdenciários e prestação de serviços assistenciais à saúde, instituídos anteriormente à Lei Complementar 109/01, a seus participantes, extensivo

aos dependentes, em conformidade com o estatuto, regulamentos e instruções específicas da entidade.

Em conformidade com o disposto no Estatuto da Fundação COPEL, e nos termos da Lei Complementar nº 109/01, a nomeação dos membros da Diretoria Executiva é atribuída ao Conselho Deliberativo, sendo este o órgão de deliberação e orientação superior da Fundação COPEL. Tal conselho é composto de seis membros efetivos e seus suplentes entre eles:

a) três conselheiros e seus suplentes nomeados pela patrocinadora instituidora, escolhidos entre os seus empregados ativos; e

b) três conselheiros e seus suplentes eleitos pelos participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas da Fundação COPEL) escolhidos, entre seus Pares, por votação direta, sem distinção entre eles, desde que inscritos nos planos previdenciários da Fundação COPEL.

2. Qual a atual composição da Diretoria da Fundação COPEL?

A Fundação COPEL possui como membros, com mandato até 30/04/10, o Sr. Edilson Bertholdo, na presidência, o Sr. Carlos Eduardo Felsky, na diretoria Financeira, e o Sr. Celso Luiz Andretta, na diretoria de administração e seguridade.

3. Qual é a percentagem que a empresa COPEL destina mensalmente à Fundação COPEL, em relação à folha de salários da empresa COPEL?

Nos regulamentos dos planos previdenciários da Fundação COPEL, os percentuais da Fundação COPEL, os percentuais incidem sobre o valor do salário de cada empregado. Para os benefícios de risco e custeio administrativo desses planos, o percentual é definido sobre o valor total da folha de salários.

No plano de saúde - Prosaúde, os percentuais da COPEL estão estabelecidos no acordo de convênio entre a COPEL e a Fundação COPEL, em relação à tabela desse plano, por faixa etária.

Diante disso, e baseado nas demonstrações contábeis até setembro/08, o percentual médio mensal da patrocinadora COPEL destinado à Fundação COPEL para todos os benefícios citados foi de 10,47% em relação ao total da folha de salário com encargos sociais e demais obrigações, considerando o período de janeiro a setembro de 2008.

4. A Fundação COPEL tem participação acionária em empreendimento no Paraná? Em quais? Qual a percentagem de cada participação?

No tocante à participação acionária da Fundação COPEL em empreendimentos no Paraná, repassamos, a seguir, as informações recebidas do Diretor Financeiro da Fundação COPEL, Sr. Carlos Eduardo Felsky:

a) em 02/10/96, a Fundação COPEL realizou aquisição de sua participação acionária no empreendimento:

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA APÓS CONVERSÃO						
Setembro/2008		EM QUANTIDADE				
ACIONISTA	TOTAL GERAL POSIÇÃO ACIONÁRIA COM A CONVERSÃO					
	ON	%	PN	%	TOTAL	%
PREVI	36.871.931	42,915	63.561.238	43,70%	100.433.169	43,40%
FUNDEP	13.662.999	15,90%	22.772.555	15,66%	36.435.554	15,75%
FUNDAÇÃO COPEL	17.481.008	20,34%	29.753.068	20,46%	47.234.076	20,41%
FUSAN	7.357.775	8,565	12.121.985	8,33%	19.479.760	8,42%
PORTUS	10.463.542	12,18%	17.241.047	11,85%	27.704.589	11,97%
REGIUS	100.000	0,12%	0	0,00%	100.000	0,04%
TOTAL	85.937.255	100,00%	145.449.893	100,00%	231.387.148	100,00%
Observação: Em 28/11/08 os 20,41% representam o valor patrimonial de R\$ 31.686.557,66						

b) em 08/09/97, a Fundação COPEL realizou investimento no Fundo Investidor Institucional - FIP, que, em sua carteira, de forma indireta, possui participação de 0,046% na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;

c) em 26/04/05, a Fundação COPEL realizou investimento em debêntures de emissão da COPEL (COPEL 13) no valor de R\$ 7.345.818,63, representando, em 28/11/08, 5,25% de participação nesse negócio;

d) investimento em segmento imobiliário com participações em fundo imobiliário e shopping, sendo:

1. em 30/09/96, a Fundação COPEL realizou investimento no Fundo de Investimento Nova Morada, no valor de R\$ 2.355.246,01, representando, em 28/11/08, 24,92% de participação nesse negócio; e

2. em maio/96, a Fundação COPEL adquiriu o 1º lote de cotas do Shopping Curitiba; em setembro/96, o 2º lote, representando, na última avaliação, o valor de R\$ 18.272.940,00, ou seja, 14% de participação nesse investimento

Ao ensejo, informamos que os aportes financeiros para concessão de benefícios pela Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social não são realizados exclusivamente por esta companhia, haja vista que aquela entidade é multipatrocinada.

Permanecendo à disposição de V Exa. para esclarecimentos adicionais julgados necessários, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

(a) RUBENS GHILARDI
Diretor-Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV.

Vou tratar de dois assuntos aqui: agora há pouco houve o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana sobre essa questão do Tribunal de Contas. Será o segundo tema que quero falar em seguida.

Mas antes, Deputado Romanelli, a Gazeta do Povo, na terça-feira, dia 24 de fevereiro, abriu manchete dizendo que Curitiba pode exportar o lixo para Ponta Grossa. E o pessoal da Gazeta me perguntou o que achava disso. Eu ri, porque não podia ter outra resposta e outra atitude. Não sei quem deu a sugestão. Estou dizendo que foi o Burko, que é o Presidente do IAP. Se foi o Burko, quero aqui desde já dizer a ele que tecnicamente é inviável levar o lixo de Curitiba para Ponta Grossa, em todos os aspectos. A começar pela questão financeira. Como é que vai transportar o lixo de Curitiba e Região Metropolitana para Ponta Grossa? Só porque lá em um aterro que está liberado e é privado? Isso não existe! Primeiro, pela condição financeira. Quanto vai custar carregar lixo daqui para Ponta Grossa? Tem pedágio, tudo que tem que se pagar. Sem contar que vai estar se colocando em risco também esse trajeto, ao longo de uma vida de mais de 100 quilômetros.

Então, quero desde já dizer que se foi Burko, quero dizer que sou totalmente contrário, mesmo que seja privado o tal aterro. Não há condições técnicas, financeiras e acho que cada região tem que cuidar do seu lixo. Como vai se explicar que o lixo da Capital do Estado está indo para Ponta Grossa? Não é justo nem pensar nisso! Quem pensou nisso é maluco, seja quem for! O cara que pensou isso, ou estava dormindo, ou em outro País, outro mundo,

porque tecnicamente não dá nem para pensar que o lixo de Curitiba pode ser levado para Ponta Grossa. Não vamos concordar com isto. Não podemos concordar com isto, de forma nenhuma.

Então, quero desde já expressar, aqui na tribuna da Assembleia, o nosso repúdio a quem quer que seja que tomou esta decisão de apenas comentar que pode ser levado para um aterro sanitário que está se implantando ainda, que está sob análise para se colocar. Não tem nem o que falar.

Então, quero repudiar aqui a atitude, a ideia, o pensamento macabro de quem fez isto. Ponta Grossa não é lugar para receber lixo de lugar nenhum. Cada região que cuide do seu lixo. Não posso concordar com isto manifesto aqui a minha tristeza de saber que alguém, algum idiota, pensou nisto, com todo respeito a quem for o idiota. Lamento profundamente, mas não vamos concordar. Vamos nos manifestar contrários, porque Ponta Grossa tem já os seus problemas para resolver. E acho que aqui, próximo a região de Curitiba, há de se encontrar um lugar que possa fazer um novo aterro sanitário. E se não fizeram ainda é por incompetência de quem cuida da cidade, de quem dirige, porque uma cidade que é ecologicamente correta, como se propaga, que não cuidou do seu lixo ainda, não pode querer levar algo para a nossa Cidade e para a nossa região dos Campos Gerais.

Então, mais uma vez, para encerrar este assunto, para findar este assunto, não falem mais disto, que isto não vai acontecer. Isto aqui é papo de idiota. Algum idiota que falou isto, que não devia nem pensar nisto. Não vamos concordar nem no pensamento dessas pessoas.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Jocelito, não quero interromper a sequência de argumentos que V. Exa. faz na tribuna, mas certamente também li a matéria, e por óbvio a proposta, não tinha vindo a público ainda e, efetivamente, V. Exa. sabe, há outros Países do mundo, dou um exemplo que eu já estudei que é no Canadá, na Cidade de Montreal e Quebec, eles enviam o lixo a 500, 600 quilômetros de trem para poder ser enterrado em minas, no subsolo, porque não tem outra destinação, por conta do território.

Agora, efetivamente, quero dizer a V. Exa. o seguinte: por óbvio não iria o lixo, até é ruim falar que vai o lixo para Ponta Grossa. Eu gosto de poder levar para Ponta Grossa, como fiz os programas habitacionais, ajudar a levar a reforma, recuperação, construção, enfim, para hospital e tudo o mais que fizemos. Mas o fato é o seguinte, claro que seria o transporte feito por ferrovia, nunca por transporte rodoviário.

Agora, a proposta efetivamente existe, tem um estudo no IAP, mas é em função, claro, de uma discussão. Desculpe, mas gostaria que V. Exa. reformulasse as expressões em relação ao Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, ele é um homem de bem, uma pessoa correta, ex-

Prefeito de Guarapuava, advogado, um bom técnico, ambientalista, ele está pensando num problema grave que tem Curitiba e Região Metropolitana, que cada vez mais para insolúvel e, na verdade, embora o lixo, temos que reconhecer - tem tanta gente que gosta de lixo que eu me surpreendo às vezes - por que será tanta atração pelo lixo? É uma coisa impressionante. Acho que foi por causa do Joãozinho Trinta, não é que foi o nosso grande filósofo popular que falava sobre a questão do lixo que os intelectuais, os mais ricos, gostavam era de lixo mesmo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Romanelli. Só lamento, não estou aqui querendo acusar ninguém, principalmente o Burko, mas estou dizendo aqui que se ele pensou isto, com todo o respeito ao Deputado Carli Filho, que neste momento preside esta Casa, mas o Burko poderia dar uma sugestão para ele levar o lixo para Guarapuava, se ele é de Guarapuava, porque tem que pensar em Ponta Grossa? Ele já foi Prefeito em Guarapuava. Já que ele quer tirar o lixo de Curitiba e quer achar uma solução ecológica, leve para Guarapuava então! Com todo respeito ao povo de guarapuava. Mas porque Ponta Grossa? Então resolvam o problema do lixo aqui, esqueçam de Guarapuava, esqueçam de Ponta Grossa. Cada um cuida do seu lixo! Não venham inventar formas de querer resolver. Curitiba não é a Cidade ecológica correta, não é a Capital da Ecologia? Como que os caras que dirigiam essa Cidade não cuidaram disso até agora? Quanto tempo demora para fazer um aterro? Agora querem estudar para mandar para Ponta Grossa! Nem se fala e nem se pensa na ideia de levar para Ponta Grossa, muito menos para Guarapuava.

Mas queria falar de outro tema também. Estava acompanhando o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana e aprendemos quando ouvimos alguém que tem experiência. Temos o dom de poder entender os pronunciamentos, até pela facilidade do rádio. Acompanhando aqui o pronunciamento sempre embasado do Deputado Caíto Quintana, me chamou a atenção aqui essa questão que envolve a indicação do Conselheiro Maurício Requião. E me chamou a atenção de que forma foi feito isso, uma ação popular. E essa ação popular não é feita contra o Maurício. É feita contra nós, contra a Assembleia Legislativa do Paraná. O Relator diz que foi a Assembleia que errou, que a Assembleia não cumpriu os prazos e votou de forma transparente, voto aberto, que não podia ser voto aberto nós tínhamos que nos esconder para votar, porque a lei e a constituição determinam isso.

Daí me pergunto: toda hora cobram transparência aqui, e agora vejo esta Casa numa medida de transparência, que ela abre o voto e mostra seu voto, o Supremo diz que não podíamos ter votado em aberto, que tínhamos que nos esconder naquela velha cabine antiga para votar. E esse é o critério para dar uma liminar para tirar o Conselheiro do Tribunal de Contas.

Tenho acompanhado as Sessões do Tribunal de Contas, quintas-feiras à tarde, e tenho visto que o Conselheiro Maurício Requião tem tido o devido cuidado de não participar de votações que envolvam o Estado do Paraná. Ele tem sido ético, tem se mostrado impedido, tem saído, não tem participado de votações quem incluem o Estado do Paraná, porque ele fez parte deste Governo até há pouco.

Mas o que me chama atenção, e vou entrar no campo político, quem é que propôs a ação? Quem propôs ação contra o Conselheiro ou contra a Assembleia?

Eu vi alguns pessoas comemorando o fato de que saiu uma liminar, me disseram que teve até fogos por aí. Mas a decisão é contra o Conselheiro ou contra a Assembleia?

Segundo as nomeações acontecidas ao longo dos anos do Tribunal de Contas, têm sido feitas de forma, de que maneira, de onde que vem as nomeações que estão acontecendo e de que forma elas estão sendo feitas para o Tribunal de Contas? Quem são os Conselheiros que estão lá no Tribunal de Contas do Estado o Paraná? São votados por quem? Pelos Deputados? Quem define quem é que vai para lá?

Srs. Deputados, fico analisando aqui que todas as nomeações para o Tribunal de Contas foram eminentemente legais, porque partiram desta Casa. Foi esta Casa quem decidiu, em votação secreta ou aberta, porque muitas foram secretas antes da lei de autoria do Presidente Nelson Justus, a lei de abrir o voto, que a partir daquele momento passou-se a votar sem ir ao “confessionário”, como vai o Big Brother hoje, que os outros não sabem, ainda que a televisão mostre abertamente o voto de alguns dos membros, mas não dos demais dentro da casa, como se estivesse escondendo.

Quando vemos que alguém propôs uma ação popular, quem é que propôs a ação? Perguntei de quem é ação, quem é que foi lá e fez a ação? Foi algum laranja? Quem é que propôs a ação contra a medida do Conselheiro tomar posse? Quem foi? Todo mundo sabe quem foi. Foi um escritório político que no passado pertencia ao Governo anterior. É uma medida interposta por um ex-Secretário do Governo anterior e que tudo isso é uma guerra política, porque o mesmo escritório que ora entra com ação e diz que não pode, lá no passado, na condição de Secretário, ajudou a indicar quem? O cunhado do Governador para ser membro do Tribunal de Contas do Paraná. O Conselheiro Henrique e diga-se de passagem, um excelente Conselheiro. Foi indicado por quem? Foi indicado por esta Casa também. Estava aqui naquele período e votei a favor da indicação do Conselheiro Henrique. Ele foi nomeado, cumpriu o seu papel, fez tudo como devia, saiu do Tribunal de Contas, cumpriu a sua etapa, foi um bom Conselheiro. Agora se indica o irmão político, quem tem uma única intenção: politicamente desgastar o atual Governo que está aí. Mas necessariamente acaba não desgastando, mas desgastando

esta Casa, porque não cometemos erro nenhum aqui. Se teve o zelo, o cuidado, se votou de forma limpa, se votou de forma transparente, ninguém se escondeu para votar. Todo mundo votou aqui numa votação ampla, bonita, transparente.

Então, queria deixar este recado aqui hoje, pois parece que a coisa é política. A ação popular é proposta por um grupo de tem seus interesses. E este mesmo grupo que propõe a ação contra o atual Conselheiro e contra esta Casa é o mesmo grupo que, no passado, ajudou a eleger o cunhado do Governador para ser Conselheiro. E naquela época não teve ação popular.

Só para saber, tudo isto que estamos vivendo é uma questão política, porque todos os membros do Tribunal de Contas, com exceção de um Conselheiro, se não me falha a memória, que é técnico, temos todos os Conselheiros oriundos da vida pública. E nunca ninguém questionou o momento de ascensão de um político ao Tribunal de Contas.

Agora, por ocasião da colocação de um membro da família do Governador, se questiona e se levanta toda esta polêmica. E eu só lamento, tenho que lamentar, que algumas pessoas ainda querem ficar felizes, porque caiu a liminar, porque derrubaram o Conselheiro, porque o Conselheiro caiu. Mas, muitas pessoas que se dizem felizes, hoje, são as mesmas que lá atrás aplaudiram a eleição também de um parente do Governador - cunhado é quase igual ao irmão - aplaudiram, votaram e não teve ação popular.

Então, senhores, é uma medida política, e que por ser política sobe a um tribunal e lá um membro do Tribunal desqualifica a transparência que tanto nos cobra a imprensa, de votar aberto, de votar franco, desqualifica e decide, liminarmente. Não se sabe o que vai acontecer; Mas tudo pode acontecer.

Queria deixar este registro para dizer que é muito fácil se comemorar, fazer festa, quando alguém perde. Mas, temos que cuidar e lembrar daquela história daquele cidadão que morreu aos 33 anos, passou por aqui, teve um camarada que viveu 33 anos e que a humanidade crucificou, ele sempre contava a história da prostituta: “Atire a primeira pedra quem não tiver pecado, joguem a primeira pedra, joguem!” É o que estamos vendo, aqui, hoje. Exatamente a mesma coisa. Estamos vendo exatamente isso. No passado, podia eleger, não dava ação popular. hoje, porque se elegeu alguém que foi eleito democraticamente por esta Casa, por todos deputados, a votação não foi unânime, mas a grande maioria, com poucas exceções, deu-se a vitória a uma pessoa indicada, aqui nesta Casa, que cumpriu as formalidades e que agora é desgastado porque é parente do Governador. E aqueles que comemoram são os membros que lá no passado aplaudiram também a indicação de um bom Conselheiro, que foi cunhado do Governador Jaime Lerner.

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Horário da Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, pelo PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Vou cumprimentar aqui os Vereadores presentes. Hoje é o Dia do Vereador em Curitiba, porque temos um encontro de Vereadores e aqui, neste momento, estão os Vereadores de Mamborê.

Deputado Nelson Justus, V. Exa. chegou em boa hora para fazermos aqui uma reflexão sobre o assunto da decisão do STF. Aproveito a sua presença e a presença do Líder do Governo, acho que será objeto de debate e temos que tomar uma atitude, mas um dos pontos em que o STF suspendeu o ex-Conselheiro Maurício é que a votação foi aberta, não respeitou a Constituição Federal. Sempre tive dúvidas, pois em determinados momentos a votação aberta é saudável e em outros ela deixa dúvida. Mas, foi aprovada aqui uma PEC de autoria de V. Exa. e nós passamos a respeitar a Constituição Estadual. Agora surge aqui um posicionamento do STF dizendo que a votação aberta não respeita a Constituição Federal. agora pergunto, Deputado Nelson Justus: vamos continuar a votar em aberto ou de forma secreta?

Acho que em determinadas posições a votação aberta deixa transparente a posição do Deputado, mas temos que convir e entender que na escolha, por exemplo, do Conselheiro do Tribunal de Contas, a votação aberta não sei até onde traz liberdade de escolha em aberto na escolha dos membros da Mesa: será que é saudável ou não? Mas, o importante é lembrar aqui, e aí me desculpem aqueles que discordam do Deputado Rossoni, do Deputado Elio Rusch, porque acho que temos que respeitar a Constituição Federal, que é a maior, e depois a Estadual, porque senão daqui a pouco alguém levanta suspeita sobre uma votação, anula a votação aqui e não tem nenhuma validade.

Mas, Deputado Romanelli, um dia incompreendido nesta Casa, naquelas minhas atitudes, e sempre tive aqui incompreendido nesta Casa, naquela minhas atitudes, e sempre tive aqui posições muito claras, questionei a Casa e entramos - os Deputados de Oposição - com uma ação popular questionando dois assuntos, sendo em primeiro que o edital, que tinha saído antes do prazo, antes da saída do Naigeborem, porque o próprio Tribunal de Contas tinha informado à Liderança da Oposição que

O Naigeboren ainda não tinha se licenciado. Nós levantamos: "Olha, a pressa é inimiga da perfeição".

Outro questionamento é que os prazos para a escolha do Conselheiro deveriam ser regularmente cumpridos, sob pena de alguém argumentar e pedir a nulidade.

Dito e feito. Nós entramos com a ação popular, não tenho aqui o nome do Juiz, nos negou a ação popular. Decisão da Justiça não se discute, cumpre-se. Agora, o Juiz que nos negou a liminar, neste momento tem que ler a decisão do STF, porque diz aqui com todas as letras que o posicionamentos de Deputados de Oposição estavam cobertos de razão. Então, a questão.

Agora, a pergunta que eu faço: o Conselheiro Maurício Requião está no exercício das suas funções? Foi afastado ou não? Porque ontem eu assisti algo no STF, Deputado Nelson Justus, uma coisa inusitada. Quem assistiu o julgamento, ontem, do Governador do Maranhão? Até os 89 minutos do jogo estava cassado o homem, aí no último segundo, sobre a alegação de que poderia entrar com uma cautelar, eles vão esperar entrar com uma cautelar para se pronunciar. Quer dizer, não foi cassado, vai ter uma nova decisão.

Então, quero fazer essas considerações, Deputado Augustinho Zucchi, até porque temos que decidir juridicamente essa questão do voto aberto ou fechado. Eu votei favorável à PEC do Deputado Nelson Justus, achei saudável, pertinente; mas o Supremo está dizendo que não, que o voto aberto, o voto secreto resguarda determinadas votações para não sofrer pressões. Está aqui no que o STF falou.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de um aparte, justamente nesse assunto que V. Exa. levantou. Acho que em primeiro lugar é preciso reconhecer que a emenda proposta pelo Deputado Nelson Justus era num momento muito importante da vida parlamentar, não apenas nossa, do Brasil, onde se discutiu isso em várias Assembleias, inclusive no Congresso Nacional. Mas assiste razão a V. Exa. se no caso desta liminar, concedida pelo STF, no caso do Conselheiro Maurício Requião, assiste razão a V. Exa. se o argumento foi de que nós tenhamos indiciado o Conselheiro através do voto aberto. Aí é uma questão que esta Casa tem que discutir sob pena de daqui a pouco termos outras votações sendo questionadas pelo fato de fazermos aqui a votação aberta.

Agora, particularmente, Deputado Rossoni, não acredito que o resultado teria sido diferente pelo fato de ser aberto. É uma questão de mérito que V. Exa. colocou. Mas, diante da argumentação colocada por V. Exa. cabe, acho que sim, a reflexão, se obviamente esse foi o argumento do Supremo Tribunal Federal. De resto, acho que a Casa deve um posicionamento à sociedade, porque afinal de contas está se questionando a indicação da Casa, porque foi a indicação que a Casa fez. Acho que devemos responder, do ponto de vista jurídico, ou do ponto de vista do processo que foi feito aqui, que na minha opinião foi um processo democrático e aberto, portanto defensável.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Augustinho Zucchi, nem estou me posicionando, fiquei numa grande dúvida sobre a questão do voto secreto ou não. Agora, veja aqui o ponto em que o STF se pronuncia: “Outro problema apontado por Levandoski foi o fato da Assembleia Legislativa ter selecionado Maurício por meio de Sessão aberta e não fechada, como determina a Constituição Federal. A restrição foi instituída pelos constituintes para a proteção dos próprios Parlamentares contra as pressões indevidas”. Ele se socorre da Constituição Federal. Aí temos um outro caso, que é a nossa PEC, que aprova o voto aberto.

Ouvi o Deputado Tadeu Veneri, ele tem demonstrado uma capacidade muito grande de expressão, até de gentileza, mas vai tentando colocar uma pecha em algo que não existe. Temos até um bom relacionamento. Mas, Deputado Tadeu Veneri, tão logo V. Exa. levantou os problemas, fui o primeiro a levantar aqui e dizer que estava à disposição para qualquer esclarecimento. E continuamos da mesma forma.

Ouvi seu pronunciamento, e parece que V. Exa. não ficou satisfeito. Se V. Exa. deseja mais informações, estamos abertos para prestar os esclarecimentos. Não quero usar o argumento que alguns usam aqui, que estão o PT e o PSDB se digladiando por questões políticas. Não quero usar esse argumento.

Mas também tenho um limite: quero transparência, quero dar as explicações, estamos administrando a Capital de Curitiba, mas também há um limite, porque há uma questão política. Está chegando num ponto que não há explicação que vá lhe convencer. Pelo menos é esse meu sentimento.

Quanto à questão do nepotismo, é importante deixarmos claro: ou primeiro você cumpre a lição de casa, ou então não cobra do vizinho.

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. votou favorável à indicação do irmão do Governador Roberto Requião para o Tribunal de Contas. Ouvi a Deputada Rosane também fazendo críticas ao Prefeito. Agora, não tenho certeza como votou a Deputada Rosane Ferreira. Só lembro que aqui nesta Casa teve cinco ou seis Parlamentares que não votaram favoráveis e nem contrários, porque tínhamos essa ação popular. E estaríamos nos contradizendo se votássemos contrários. Dizíamos que não era legítima a forma com que está sendo colocada a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas. Foram nove Deputados. Não lembrava o número. Inclusive incompreendidos, em determinados momentos, pela imprensa, quando nos abstivemos da votação. Se votássemos contra ou a favor não alteraria o resultado.

A nossa abstenção foi em cima do seguinte argumento: nos posicionamos contrários porque achávamos que o processo não estava correndo dentro da sua normalidade. Fomos à Justiça e não conseguimos a liminar. E o que queríamos com a liminar? Queríamos suspender a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas.

O posicionamento do STF demonstra que tínhamos razão naquele momento. Errou o Juiz quando nos negou a liminar. Mas nos submetemos à decisão, não conseguimos a liminar, fomos para o voto, nove Deputados se abstiveram da votação para não dar legitimidade ao processo. Veja como é a vida. Naquele momento, tivemos dificuldades...

O Sr. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Valdir Rossoni, por uma questão de justiça, permita um aparte?

(Assentimento)

Só parta declinar o nome dos Deputados para que fique registrada nesta Sessão e até para as pessoas que estão em casa nos assistindo. Naquela ocasião, se abstiveram do voto os Deputados: Durval Amaral, Elio Rusch, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Luiz Carlos Martins. Foram nove Deputados que se abstiveram do voto na votação de Conselheiro, naquela Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sob o argumento, Deputado Elio Rusch, que tínhamos entrado com uma ação popular pedindo que suspendesse a escolha do Conselheiro, para fazermos um novo processo, um novo edital, uma nova data da escolha do Conselheiro.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Rapidamente, Deputado Rossoni.

Primeiro, eu já falei aqui quando usei a tribuna, agradei publicamente pela distinção com que V. Exa. me tratou e trouxe uma série de respostas que havíamos solicitado da Prefeitura. Obviamente isso não é infinito. V. Exa. sabe. Entendo que há, de minha parte, o direito de ir buscar algumas outras informações que, por não ter solicitado naquele momento, ou por entender que não é mais da alçada da Prefeitura, temos que ter respondidas. A Prefeitura de Curitiba não vai nos responder se a empresa citada tem ou não obras do PAC, se a empresa citada tem ou não obras na Região Metropolitana. Inclusive, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que não está naquele ofício, tem um contrato feito com a Construtora Iguatemi. Então, V. Exa. pode ficar tranquilo, que o nosso objetivo é o mesmo. Queremos saber exatamente as coisas que aconteceram.

Aproveitando o aparte que V. Exa. me concede, votamos no Conselheiro Maurício Requião por uma decisão de bancada. Votaria novamente se fosse uma decisão de bancada. Tenho tido esse comportamento. V. Exa. sabe que o que faz com que nós consigamos nos manter, minimamente como partido, é a unidade na ação. O PT teve uma decisão, não estou questionando se ela é correta ou não, mas teve uma decisão. Entendo que é correta a decisão de fazer o voto fechado. Exatamente por isso que aconteceu aquele voto.

Agora, para fazer uma reflexão, tínhamos uma outra candidatura possível aqui dessa Casa e que foi retirada. Se tivesse sido mantida, talvez tivesse 26, 27 votos. Se contar todos os votos do PSDB, do Democratas, do PDT - que naquele momento colocava como posição - do PPS e dos outros partidos, teria 24 votos. Infelizmente não foi, porque o senhor sabe que, mesmo com toda sua boa vontade, o PSDB não se absteve da votação do Conselheiro Maurício, assim como outros partidos também. Mesmo o PPS, que tenho o maior respeito, não teve os três votos na abstenção. Então, acho que esse é um processo que temos que aprender com ele, e estou aprendendo, pode ter certeza.

Obrigado, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Tadeu, V. Exa. chegou num outro ponto que levaria mais um mês o debate, que é a reforma política.

O Poder Legislativo está passando por um momento de muita dificuldade, mas o Poder Legislativo só vai ter condições de dar resposta com a reforma política. Você veja como é difícil. V. Exa. teve que se submeter à decisão da bancada. Verdade. Não tem o que contestar. Imagine se eu reúno a minha bancada e ela decide que tenho que votar a favor. Eu ia ter que arrumar uma viagem para Miami, porque eu não iria votar, naturalmente, ou corria o risco de ser expulso. E é pelo estatuto do partido. Então, a reforma partidária é urgente. Não é possível termos 150 partidos políticos. Quando chega na hora da eleição, vira uma confusão de aliança.

A grande verdade é que tínhamos que ter sete, oito partidos rígidos, fortes, independentes. Decisão do partido tem que ser respeitada, senão você está afastado. Eu defendo essa tese, até porque cometi alguns erros na minha vida política por causa de partidos, eu já naveguei em todos os partidos políticos deste mundo. E por quê? Uma hora, digo a V. Exa., sou Deputado por obra do acaso. Sou oriundo de um Município muito pequeno, uns amigos meus diziam que eu podia ser Deputado. Nem sabia o que era e sai candidato, fui fundador do MDB. Ai, na fusão com o PP, praticamente fui expulso do MDB, fiquei sem legenda para disputar as eleições, fui para o primeiro partido que encontrei na praça, me filiei e foi a minha sorte, porque me elegi com 17 mil votos, na outra fiz 22, na outra fiz 60, na outra fiz 110, e na última, na Oposição aguerrida, fiz 73.

Mas, de uma coisa eu tenho certeza: ou passamos por uma reforma política, ou não temos salvação, porque vejam aqui o que está acontecendo conosco, o Poder Legislativo, estamos aqui, e tenho alertado quando aprovamos o orçamento do Estado, que damos poder para o Governador suplementar, remanejar verbas do orçamento, sem dar satisfação para a Assembleia. Era o mínimo que esta Casa poderia ter, porque de repente o Governador

está remanejando, estou trabalhando com hipóteses, tirando dinheiro da Educação e colocando na Saúde, quando ele poderia tirar de uma outra área para colocar na Saúde, e é objeto do meu próximo pronunciamento.

Quero voltar, nesta tribuna, para falar de Saúde, porque quem não lembra da primeira eleição do Governador atual? Ele disse para mim, aqui, e para todos os paranaenses, através do programa eleitoral, que iria acabar com a fila das ambulâncias chegando a Curitiba trazendo pacientes, ele iria regionalizar a Saúde. Ele acabou com a fila das ambulâncias, diminuiu, aumentou as de ônibus, porque todas as regiões que eu represento não vêm mais de ambulância, as Prefeituras se unem em consórcio, alugam ônibus e vêm dezenas, para não dizer centenas, de ônibus trazendo pacientes de todos os recantos do Paraná. Onde que está a regionalização da Saúde? Mas, esse é um assunto para uma nova oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no horário do PMDB, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Eu apenas, antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, em função dos questionamentos levantados, quero esclarecer que vou defender sempre o voto aberto. No momento em que se fala tanto em transparência, que sentimos que estamos avançando para isso e que é inevitável essa transparência nos meios políticos, o voto aberto é uma conquista. E o Parlamentar tem que ter coragem de enfrentar e defender o seu voto, seja a favor disso ou daquilo. Eu ficaria pensando, Deputado Elio Rusch, quando o vi agora de peito erguido, de peito cheio, nominando aquelas pessoas que votaram contra o Conselheiro Maurício Requião, ou se abstiveram. Se o voto fosse secreto, V. Exa. não poderia enunciar o nome dessas pessoas agora. Então, o voto aberto é uma conquista, sim. Outras Câmaras de Vereadores, outras Assembleias Legislativas, e podem ter certeza, eu sequer li a súmula do Supremo, hoje, a Assembleia, e eu tenho em mãos, cumpriu rigorosamente todos os prazos. Ainda lembro-me quando o Deputado Rossoni, daquela tribuna, nos alertou e nós, de maneira alguma, avançamos o sinal.

Então, podem ter certeza que a razão para esta Casa, para esta Presidência, não prospera. Vamos sempre continuar defendendo o voto aberto, acho que é uma conquista de todos nós e desta Casa.

Quanto à questão dos prazos, cumprimos rigorosamente. Se não houve um acompanhamento da defesa, não vou discutir e nem entrar no mérito da sentença, em absoluto, até porque a Assembleia não participou desse processo, não foi citada ou questionada. Cabe esse esclarecimento apenas.

Concedo a palavra, no horário do PMDB, ao Deputado Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Cláudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Presidente Nelson Justus, a sua manifestação em nome da Casa, penso que é um pronunciamento importante. Porque considero a decisão do Supremo Tribunal Federal, nesta manhã, uma afronta ao Parlamento, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Respeitando a decisão dos eminentes Ministros, que pela manhã deliberaram, o próprio Ministro Ricardo Levandowski, uma pessoa que acredito ser uma das maiores culturas jurídicas deste País, mas indiscutivelmente, Deputado Dobrandino, não podemos aceitar como se tivéssemos, aqui no Paraná, em um olhar distante do Planalto para a Província, cometido nesta Casa, com a transmissão para todo o Estado do Paraná de tudo aquilo que fazemos, como se tivéssemos alguma ilegalidade, no processo e no procedimento de escolha do Conselheiro Maurício Requião.

A população paranaense através da TV SINAL, pode acompanhar todos os debates, durante meses nesta Casa. Porque não há de se falar aqui da publicação da aposentadoria, do ex-Conselheiro Henrique Naigeboren, que era cunhado do ex-Governador Jaime Lerner e que foi um brilhante Conselheiro, que prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná.

A minha surpresa é que eu gostaria de ouvir da tribuna, hoje, o Deputado Elio Rusch defendendo o Parlamento. Porque muitas vezes, Deputado Jocelito, vendo a esta tribuna e defendendo posições que são de outras pessoas, que muitas vezes até tenho divergências. Mas temos que ter aqui amor àquilo que fazemos. Quando votamos com mais de 3/5 dos Deputados apoiando a candidatura do professor Maurício Requião, foi fechamento de posições e de apoios de bancadas. A nossa bancada do PMDB, quando apoiou, indicou e escreveu, depois de promover um debate político interno, porque também havia outros companheiros que pretendiam ocupar essa função, nós fazemos a inscrição do Maurício Requião em função da conduta ética, do comportamento que ele teve ao longo da sua vida pública ilibada, competência profissional, qualificação pessoal e sobretudo pelo respaldo político que ele tem e teve sempre da nossa Bancada do PMDB. Conversamos com as outras bancadas, primeiro com a Bancada do PT e fomos conversando com cada uma das bancadas, o que possibilitou que tivéssemos quase uma unanimidade. Não chegamos a isso, mas avançamos muito mais do que aqueles que achavam que não se poderia trabalhar de uma forma honrada e digna para fazer a escolha de um Conselheiro junto ao Tribunal de Contas.

Surpreendo-me, porque não precisaram de voto secreto para privatizar o BANESTADO. Muito menos precisaram de voto secreto para poder autorizar a venda da COPEL. Também não precisaram de voto secreto, para poder privatizar as rodovias do Paraná. Ao contrário, fizeram questão de falar em alto e bom som para que os

donos do poder ficassem satisfeitos com aqueles que cumpriam as determinações que trouxeram grandes prejuízos para a sociedade paranaense.

Presidente Nelson Justus, quero dizer que quando V. Exa. trouxe para a Assembleia Legislativa a proposta do voto aberto, o fim do voto secreto, V. Exa. certamente estava removendo um dos entulhos de um modelo de democracia representativa, que não suporta, ao contrário do que diz o Ministro Levandowski, que tem grande cultura jurídica, mas que não suporta que nós delegados, representantes do povo paranaense ou do povo brasileiro no Congresso Nacional, possamos aqui, numa urna secreta ou painel eletrônico, esconder, subtrair da opinião pública o seu pensamento, a sua intenção. O voto secreto é o voto da covardia. O voto secreto muitas vezes é o voto do acerto escuso, acerto do voto da traição. O voto aberto é o voto da transparência, da democracia. Quem tem que ter voto secreto no escrutínio é o eleitor. Esse sim. Não os homens e mulheres que estão aqui, os Parlamentares. Quem vem a este Parlamento tem mandato por tempo certo. Recebe subsídios para poder exercer com dignidade o seu cargo. Não pode ser, se não for por este Parlamento ou por uma decisão judicial tomada na esfera competente, retirado do cargo que ocupa, a não ser, é claro, pelo povo. Por isso que não estamos aqui fazendo de conta que estamos brincando de democracia. Desculpe. Ministro Levandowski, mas fizemos nesta Casa tudo aquilo que devíamos fazer.

Os procedimentos que a Mesa tomou, lembro-me à época, tenho a minha formação em Direito, me preocupei com todos os detalhes de atendimento dos preceitos constitucionais, do nosso Regimento, da resolução que previa os prazos. Tudo aquilo que era procedimental foi efetivamente realizado. A sabatina foi efetuada com os candidatos, com todos eles. Os relatórios foram feitos, o Relator foi o Deputado Reni Pereira, que é da Oposição. E tudo o que vimos e assistimos foi um debate franco.

A Oposição desfilou naquela tribuna durante meses, fazendo discursos contra o professor Maurício Requião, contra o Governador Requião. E a minha surpresa maior é que nesse julgamento que V. Exas. sabem, é provisório. Maurício Requião continua e continuará sendo Conselheiro do Tribunal de Contas. E não é pela minha vontade, é pelo ordenamento constitucional que temos neste país, porque até ser publicado o acórdão, haverá embargos à declaração. A decisão não tem eficácia. E mais ainda, remete a própria decisão ao juízo do 1º Ofício da Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que tem que decidir aquela ação popular no seu mérito, que é de reconhecer o voto aberto que a Assembleia Legislativa promoveu através de uma PEC. E até um Juiz, num caso concreto, pode sim anular e considerar inválido um dispositivo constitucional, coisa que tem vigência plena. Não tem ADIN contra o fim do voto secreto na Assembleia Legislativa do Paraná.

Por isso e estranhei muito, uma Sessão rapidíssima, extrapauta, fui até surpreendido.

Quero dizer a V. Exas. o seguinte: um outro argumento é utilizado na própria matéria veiculada pelo site do STF, falando do nepotismo.

Ora, Exas., não precisamos ser nenhum grande doutrinador na área do Direito para reconhecer que a Súmula nº 13 foi editada pelo STF depois da escolha e da nomeação feita pela Assembleia Legislativa. A lei não retroage mais do que tudo. Uma decisão judicial não retroage. A eficácia da decisão da súmula é *ex tunc*.

O que ocorre na prática? É a partir daquele momento da decisão e não anterior a ela.

Por isso quero dizer a V. Exas. que as medidas para poder manter, naturalmente, vai continuar trabalhando normalmente o Conselheiro Maurício Requião, que é um homem de bem, de fibra, de coragem.

Mas temos que reconhecer, vivemos uma época triste no nosso País, Deputada Rosane.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Mas quero dizer o seguinte: eu fui desses que varou a madrugada ouvindo o julgamento do Governador do Maranhão, Jacson.

Ora, sinceramente, imagine, eu via ontem, inclusive o Ministro Levandowski era um dos que participou desse julgamento, o Ministro Felix Fischer, aqui do Paraná, o Ministro Fernando Gonçalves e o Presidente daquela Corte, o Ministro Ayres de Brito, eles tem um posicionamento muito parecido, é até uma coisa preocupante: não há muita divergência entre eles, o que é muito preocupante num Tribunal tão importante como é o TSE.

Olhem, imaginem só o caso do Governador Jacson, ele era candidato a Governador pela Oposição, o Governador do Estado era Reinaldo Tavares, que tinha sido eleito pelo clã do Presidente Sarney e que havia, por conta lá, segundo dizem, das esposas, das mulheres, enfim, tido uma divisão política, mas a divergência política resultou no quê? Que o candidato do PDT, que era o Senador Jacson, virou candidato a Governador, apoiado por uma ampla frente, que era a Frente de Libertação do Maranhão, e no interessante é que o Governador não o apoiava, aí eles remetem que há um abuso do poder político dos convênios firmados no mês de abril pelo Governador, que supostamente teriam beneficiado qualquer candidato da Oposição, por conta de que o Governador era contra a eleição da ex-Governadora Roseana Sarney.

Estou contando isto porque quem não assistiu ao julgamento não imagina o quanto de abusivo. É, e mais do que tudo, são justamente as questões regimentais que, inclusive neste caso específico, vão beneficiar também, no caso aqui o Conselheiro Maurício Requião, que é de conceder, até a concessão foi cautelar em termos de esperar os embargos para dar eficácia plena à própria decisão do TSE.

Ou seja, reconheçamos aqui, o País vive um momento de grande insegurança jurídica. Eu já me manifestei aqui, até alguns companheiros do PMDB,

por posições divergentes, tem um artigo da Folha de São Paulo de ontem - democracia e soberania popular - ora, estamos vendo o desrespeito à vontade do povo, porque quando o povo vota ele julga, ele está fazendo uma análise. Não é possível comprar uma eleição majoritária. Nenhum desses Ministros disputou eleição na vida, não sabem o que é uma eleição, Deputada Rosane Ferreira, não sabem que é impossível enganar uma maioria de uma comunidade, muito mais enganar uma população de um Estado inteiro. Pode até se manipular, fazer o ilusionismo, o marketing político, mas sinceramente temos que reconhecer aqui o nível de entendimento da população e não de compra de voto ou de abuso do poder político.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, também assisti ontem o julgamento, foi tanta suposição que faltou uma lá: quem elegeu o Governador Reinaldo? Sarney. Aí o Governador Reinaldo virou-se contra Rosane que apoiou o Jacson. Você acha que o Sarney não tem sabedoria de ter armado toda essa confusão? Cá para nós, tem sabedoria de sobra. Se ele consegue ser Presidente do Congresso Nacional, apoiado pelo Presidente Lula, em detrimento a um Senador do PT, ele pode conseguir tudo, porque inteligente suficiente e articulado ele é.

Mas, Deputado Romanelli, é importante que fique claro o meu posicionamento. O que falei para o Presidente Nelson Justus é o seguinte, acho até que é uma questão de ordem: vamos respeitar a PEC que eu votei favorável de voto aberto, ou vamos respeitar o argumento do STF de que tem que ser respeitada a Constituição Federal. Porque o argumento do voto secreto tem mil justificativas que também são favoráveis. Já imaginou o eleitor, lá no Maranhão, ir votar se não for secreto? Você já imaginou o Deputado do Maranhão escolhendo Conselheiro do Tribunal de Contas lá, ele tem coragem de enfrentar os poderosos do Maranhão?

Quero dizer a V. Exa., fui favorável à PEC do Deputado Nelson Justus, acho que o voto aberto traz uma transparência. Mas no caso do Conselheiro do Tribunal de Contas, quero dizer para V. Exa. que comecei a ter minhas dúvidas. Não tenho dúvida que se o Maurício Requião for candidato aqui, e vai ter que ser candidato de novo, porque vamos ter que respeitar todos os questionamentos feitos pelo STF, V. Exa. vai ver que no voto secreto ele vai ter muita dificuldade para se eleger Conselheiro do Tribunal de Contas.

Esse é o meu pensamento. Não quero contrariá-lo, porque V. Exa. fez um pronunciamento tão eloquente que merecia todos os meus elogios.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer o seguinte: conheço cada um dos Parlamentares que estão aqui, alguns mais, outros menos, mas aos poucos vou conhecendo todos e muito bem. Aqui tanto faz o voto ser aberto ou secreto. Aqui, se fizer voto aberto

ou secreto, pode ter um ou dois votos de diferença. Sempre tem, é aquela velha máxima que o Deputado Aníbal Khury dizia: “O sujeito chega na urna e dá aquela vontade danada de trair”. É um ou outro que pode olhar enviesado. Aqui na Assembléia Legislativa pode fazer voto aberto, voto fechado, o resultado é o mesmo. Tanto, Presidente Nelson Justus, que V. Exa. sabe que quem decidiu que iria ter voto aberto aqui foi o Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, que cassou aquela decisão dada pelo eminente Desembargador Professor Jorge Vargas.

V. Exa. lembra, eu fui conversar com o Professor, ele foi meu professor, o Desembargador Jorge Vargas, e ele me disse que era favorável ao voto secreto. Cheguei ao Presidente Nelson Justus e disse: o Desembargador Jorge Vargas é a favor da eleição, hoje mesmo a única coisa que ele gostaria é que o voto fosse secreto.

Lembra que falei a V. Exa. e disse: na minha opinião, vamos fazer o voto secreto e depois cada um declara, faz o voto aberto, cumpre e resolve um tema. V. Exa. disse: “Não! A Constituição diz que o voto é aberto vamos fazer aberto. Esse é um dos pontos que não abro mão.” Esse foi um diálogo que tive com o Presidente Nelson Justus, e por que eu disse aquilo? Deputado Rossoni, eu como V. Exa., conhecemos as pessoas, sabemos o posicionamento de cada um aqui.

O voto, quando é fechado, não tem diferença aqui. Temos aqui gente de caráter, de fibra, de posição clara, objetiva, as pessoas dizem umas para as outras porquê vão votar e porquê não vão votar. Vejo como a minha bancada aqui no dia a dia que vota aberto, que teoricamente deveriam respeitar a decisão da liderança, e dizem claramente: “Romanelli, vou votar a favor desse requerimento, vou votar contra”. As pessoas aqui dizem o que pensam o tempo todo e todos se respeitam.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. está abordando um tema com profunda crença, que acaba me convencendo que V. Exa. tem razão, de que o resultado do voto aberto se confundiria com o voto secreto.

Mas queria abordar a questão da decisão do Supremo Tribunal Federal. Com todo respeito à alta Corte da Justiça brasileira. Convenhamos, o TSE cassou um Governador do Brasil, há poucos dias atrás cassou um outro Governador.

Deputado Romanelli, dois anos se passaram do mandato do Governador, só agora o TSE resolveu punir pelos erros que haveriam cometido há dois anos e poucos atrás, cometendo um crime.

Na verdade, essa decisão do Poder Judiciário afeta não só que estava no Poder, mas quem não estava também. Porque, pela lógica, quem tomou posse hoje perdeu dois anos e pouco de mandato, foi prejudicado.

Eu acompanhava as decisões e fico a me indagar como se julga, às vezes, a falta de lógica no julgamento. No caso do nosso Maurício Requião, sinceramente, imaginei que a decisão que o Supremo tomou de anular a decisão da Assembleia Legislativa, olhei todos os trâmites que a Assembleia adotou. Não houve, na minha avaliação,

nenhum que pudesse ser contestado. Mas os Ministros lá em Brasília tomaram uma medida anulando uma decisão que esta Casa tomou, esta Casa que foi eleita pelo o povo do Paraná pela representá-lo em todas as circunstâncias de forma tranquila, legítima e serena. O Supremo invalidou uma decisão que tomamos em nome do povo do Paraná.

Por isso, que talvez tivéssemos que fazer alguns reparos nessa questão do Poder Judiciário Brasileiro, que tudo pode, que faz leis, que emenda a Constituição, que altera propostas, faz e acontece, e infelizmente nada pode ser feito, porque é uma decisão soberana inquestionável. É de se lamentar que isso ocorra no Brasil.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Concluo dizendo o seguinte: já discutimos aqui nesta casa que esse movimento chamado Judicialização da Política Brasileira, ou seja, o Parlamento não tem tomado as decisões no tempo certo. V. Exa. lembram as críticas duras que eu já fiz ao ex-Presidente da Câmara. Sr. Arlindo Chinaglia.

Espero que o Presidente Michel Temer tome as medidas necessárias para poder restabelecer o princípio da harmonia e indepedência dos Poderes, aonde o Legislativo tem que poder legislar sobre as leis, sobre a Constituição. E o Poder Judiciário tem que aplicá-las. É o intérprete da lei, da Constituição. Precisamos de um Poder Judiciário forte, independente, mas os Poderes têm que ser harmônicos entre si, como tem sido, Sr. Presidente, temos que reconhecer, aqui no Estado do Paraná, nesta relação respeitosa, profícua, extremamente produtiva que temos com o Tribunal de Justiça e com o Poder Executivo. E aí temos que considerar também um grande órgão, que presta um serviço essencial à Justiça, que é o Ministério Público do Estado do Paraná. Ou seja, temos construído, num processo de diálogo, aquilo que é a favor do interesse do povo paranaense.

Gostaria muito que o Supremo Tribunal Federal da nossa República, do qual tenho muito orgulho, outro dia ainda vimos a Ministra Ellen Gracie, aqui, uma mulher competente, de fibra, que este Tribunal pudesse ser coerente e respeitar o que esta Assembleia, soberanamente, decide de forma legítima, através do processo Legislativo.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, usando o horário do Bloco PPS/PMN.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar um pouquinho, também, deste assunto que trata do Maurício Requião. Antes quero aproveitar para agradecer, também, a presença de Vereadores da nossa região que estão aqui hoje. São lideranças da nossa região que nos prestigiam.

Quero lembrar um negócio aqui com relação à postura política do PPS. Sou Deputado eleito pela PPS. Nesta discussão do Maurício Requião, teve Deputado que me falou que chegou a votar constrangido no Maurício Requião, mas teve que votar. Eu respeito a decisão desse Deputado, cada um tem o voto livre. Tem que votar de acordo com a sua consciência. Mas nós do PPS discutimos e fechamos questão contra. O PPS não votaria, realmente, no Maurício Requião. Fechamos questão dentro do partido.

Por que isso? Porque temos uma postura contra o nepotismo, temos lutado contra. Nada contra nenhuma pessoa. E quero dizer, na minha opinião, o Supremo Tribunal Federal, e tem aqui na reportagem da Gazeta do Povo, estou vendo aqui o nome dos Ministros: Carlos Alberto Menezes, Joaquim Barbosa, César Peluzo, Ellen Gracie, Marco Aurélio, Gilmar Mendes. Eles votaram por unanimidade. E são pessoas estudiosas, estão lá por conhecimento jurídico aprofundado.

Quero pensar que eles têm razão e que para nós, com todo o respeito, para nós foi um puxão de orelha. Podemos discutir que estamos certos, que não estamos certos, podemos até contestar, porque temos o direito de fazer isso. Mas, na minha opinião, eles agiram corretamente. E não foi porque e me abstive que eu não concordo. Porque quero crer que a Justiça está lá para tomar a decisão correta. Até porque ganham bem para isso. Não é fácil tomar uma decisão de votar contra. Mas, tenho percebido, e aí é outra questão, que quem colocou a Assembleia Legislativa nesta dança foi o Governador Roberto Requião, porque infelizmente uma constatação que percebo, mesmo ainda sendo novo aqui na assembleia, pois disputei apenas três eleições e ouvi o Deputado Rossoni falando da sua votação e pensei: nossa, como ele conseguiu tantos votos! Disputei três eleições na minha vida, sendo que em uma eleição consegui 19 mil votos, na outra 20 mil e poucos e nessa última 29 mil e poucos votos. Então, ainda estou começando na vida pública, porque são só dois anos de mandato e estou aprendendo muito, sendo que aqui temos pessoas com muitos anos de mandato, mas tenho percebido, em conversas com a sociedade, que por causa dessas atitudes que tomamos aqui dentro e que às vezes ficamos nos defendendo depois ainda, nos justificando, é que todos nós, políticos, estamos perdendo credibilidade perante a população. Essa história do Maurício Requião, a história da aposentadoria... Respeito a todos, falei do meu voto, e dizer que o Governador Requião joga o boi dentro desta sala, porque na aposentadoria ela lavou as mãos e não teve coragem de vetar. Vetou da outra vez e por que não vetou agora? Devolveu o pepino, jogou aqui no colo da Presidência. Ele deveria ter tomado uma postura.

Então, ele joga as coisas de cima para baixo na goela dos Deputados, que falam amém para o Governador Roberto Requião. E daí o puxão de orelhas que veio do Supremo Tribunal Federal foi para todos nós. Acho que foi importante essa decisão. Não sei se ele vai continuar no

cargo, se vai deixar o cargo, mas é reponsabilidade dos Deputados, de todos nós aqui. Estamos aqui para representar a população, Deputado Elio Rusch, então quando o Supremo Tribunal Federal toma uma decisão assim, ele diz para todos nós: "Olhem e representem a população". Isso porque eles podem, com forma jurídica, cancelar aquela votação. E aí, Deputado Marcelo Rangel, fica mais ou menos assim: imagine que você tem um chefe que lhe manda fazer uma tarefa. Você vai lá, faz a tarefa e entrega ao chefe. O chefe fala assim: "Refaça. Você não foi competente para fazer. Refaça."

Então, entendo que foi isso que o Supremo Tribunal Federal fez com todos nós. Essa é a minha opinião.

Ainda sobre a questão do nepotismo, deixar mais uma vez claro que o PPS foi o único partido, com todo o respeito aos demais, mas nenhum outro partido fechou questão - pelos menos não vi pela imprensa, a não ser que tenha fechado questão e não divulgou. O PPS fechou questão que não votaria no Maurício Requião, e nada contra a pessoa dele, porque temos observado que o Governador atual tem feito de tudo para beneficiar a sua família. De tudo! É irmão no porto, depois é irmão em Brasília, é irmão como Conselheiro, enfim, e o que o Supremo Tribunal Federal disse foi o seguinte: "Olha, parece que isso não é correto."

Ainda, as pessoas até falam: "Olha, Deputado, se você não mudar para o lado do Governo, você não vai conseguir trazer ônibus para a nossa região." Ora, coloquei emenda no orçamento, se o Governador quiser cumprir, que cumpra, se não quiser cumprir, ele vai estar prejudicando a população e não a mim. Estou vendo uma fila de ônibus na frente do Palácio. Quantos são? Não sei, não, se não vai ter que aumentar essa cota de ônibus, porque de repente vão voltar os projetos para serem votados.

Então, o que quero dizer com isso e que nós, enquanto Deputados, muitas vezes vamos lá nos Municípios e dizemos: está aqui a obra, trouxe aqui um chequinho ou um ônibus. E não estamos cumprindo com aquele que é o nosso papel aqui, de fiscalizar, de votar de acordo com a sociedade. O Deputado Nelson justus está correto e, na minha opinião, o voto tem que ser aberto. Aí nós todos temos que cobrar os Deputados Federais e Senadores: eles que mudem a Constituição Federal para o voto ser aberto. A população, sim, tem o direito de votar secretamente, porque ela vai escolher o seu representante, mas temos que votar em aberto e a população tem que saber como nós votamos se a favor ou contra, mesmo que às vezes votemos constrangidos. Votamos constrangidos porque queremos, porque temos o direito de não votarmos constrangidos se nós quisermos.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, um grande político é reconhecido pela sua personalidade e pela sua coragem. Eu admiro a sua coragem, porque ir à tribuna para fazer um pronunciamento como o que V. Exa. está fazendo,

precisa sim ter muita coragem, como nós tivemos. Naquele momento, eu lembro perfeitamente, que cada Parlamentar aqui da Assembleia Legislativa utilizou este microfone para dizer se era favorável ao Maurício Requião como Conselheiro, ou se optava pela abstenção para não legitimar a votação. E levantamos as questões técnicas, éticas e morais, porque afinal de contas estamos falando do irmão do Governador, que vai fiscalizar e julgar as contas do próprio. Então, fizemos todos esses levantamentos, e nove Deputados naquela ocasião optaram pela abstenção dizendo não àquela eleição.

Hoje saiu a decisão do STF. A minha alma está lavada, eu fiz opção legítima, voto aberto, também defendo o voto aberto, mas naquela ocasião falamos que segundo a Constituição teria que ser o voto fechado. Portanto, hoje estamos com a consciência limpa e a alma lavada.

Parabéns, Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado, V. Exa fez uma crítica ao Requião, e eu sou oposição ao Requião, porque do lado do Requião tem gente demais. Às vezes o pessoal brinca que o saco do chefe é o corrimão para a glória. Então, como o Requião não é o meu chefe, a minha mão não está lá. Mas o que eu estou querendo saber é porquê ele se absteve, ele não votou e não sancionou a matéria desta Casa. Aí a minha cabeça funde também, mas os nove Deputados que fizeram igual ao Requião, com todo respeito, porque eu soube de amigo que também se absteve, acho que Governador usou de uma prerrogativa de passar a bola para frente, não sei, é apenas uma curiosidade que estou querendo saber, não tenho opinião formada, na minha ótica a postura dos Deputados que se abstiveram foi semelhante à do Requião, não houve semelhança.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

V. Exa. faz uma observação importante. O Governador, na minha opinião, não que ele se absteve, ele mudou de idéia, porque no ano anterior ele tinha vetado o mesmo projeto. Depois, quando veio para os Deputados, e ele não quis fazer uma afronta aos Deputados, ele não enfrentou os Deputados. No primeiro momento ele vetou e nós, Deputados, derrubamos o veto. Quando digo nós, são todos que votaram. Eu votei a favor do veto. Então, ele mudou a sua postura. Nós não mudamos a nossa postura enquanto Deputados, desde o início colocamos que não concordávamos com aquela forma. Disse ao próprio Maurício Requião no dia que ele veio conversar conosco na Assembleia, nada contra a pessoa dele, admiro inclusive, acho uma pessoa competente, de repente lá no Tribunal está fazendo um bom trabalho, mas temos que respeitar as leis, é isso que estou cobrando aqui. E imaginar que votamos e que de repente o Supremo Tribunal Federal nos chama a atenção é que não é possível. Me parece que eles estudaram muito para isso.

Então é isso. Sr. Presidente, obrigado pela sua atenção e obrigado pelo tempo que V. Exa. disponibilizou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas quero cumprimentar, não querendo apartear-lo em hipótese alguma, duas questões distintas. Primeiro volto a reiterar que esta Casa tratou dos prazos, estou aqui com o roteiro, foi rigorosamente rígida nos cumprimentos dos prazos, aliás, alertado que fomos pelo Deputado Valdir Rossoni, nesta tribuna. Por esta razão cumprimos todos os prazos.

A questão do voto secreto, aberto, é minha opinião pessoal, acho que esta Casa conquistou o voto aberto. O voto aberto é, sim, uma conquista.

Tenho que cumprimentar novamente esses nove Deputados que tiveram a hombridade de se abster abertamente.

Aquele Deputado que V. Exa., por uma questão de ética não nominou, que se sentiu constrangido em votar no Conselheiro Maurício Requião, ele que me perdoe, eu não sei nem quem é, mas ele não honra nem o mandato, nem a calça que usa, como dizia meu velho pai. Porque homem que é homem tem que ter a coragem de dizer, como esses nove fizeram. Deputado que é Deputado não pode temer pressão de quem quer que seja. Seja onde for.

Temos essa prerrogativa sim, que é a conquista do voto aberto.

O Governo quando recebe, sanciona, veta ou devolve. Nós intercedemos, sim, para que fosse devolvido, para que pudéssemos promulgar.

Não houve puxão de orelha. Não nos sentimos constrangido por parte do Supremo. O Supremo vota da maneira como achar que vota, e reforma do jeito que achar que reforma, e o Governador devolve quando achar que deve devolver.

Faço este esclarecimento porque a função de nós todos aqui, os 54 Deputados, antes de mais nada, é defender esta Casa. E vamos defendê-la sempre.

Bloco PSB/PRB/PV.

(Declina)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Ofício nº 005/09, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que, em virtude das reuniões ordinárias da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, realizadas e nos dias 16 e 17/02/09, e do Encontro Regional desta mesma entidade, nos dias 4, 5 e 06/03/09, precisou ausentar-se das Sessões Plenárias realizadas nestas datas. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicações n.ºs 175/09 a 179/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constantes do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de Biblioteca Cidadã, nos Municípios relacionados a seguir: Planaltina do Paraná, Santa Cruz do Monte Castelo, Porto Rico, Paranacity e Nova Aliança do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n.º 180/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã, para o Município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n.º 181/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o Município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discurso de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins constante do expediente, sobre a Fundação COPEL. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria do Deputado Elio Rusch constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n.º de 02 (dois) de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n.º de 03 (três) de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 524, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário, no dia 03/03/09, em virtude de reunião no Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 755/07, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores das Vilas

Tupinambá, Vila Maria, Vila Jardim, Jardim Higienópolis, Jardim Capanema e Jardim Hermínia com sede no Município de Guarapuava. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 755/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores das Vilas Tupinambá, Vila Maria, Vila Rebouças, Vila Jardim, Jardim Higienópolis, Jardim Capanema e Jardim Hermínia, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 020/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública o Instituto Madalena Sofia, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 020/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Madalena Sofia - IMS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 014/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que altera a Lei n.º 14190 de 20/11/03, que declarou de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Profissionais Liberais e Pessoas Físicas dedicadas à Atividade Empresarial de Nova Esperança e Região - ACINE, com sede e foro no Município de Nova Esperança. **Aprovada. (Publ. no DA n.º 002/09, de 04/02/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 404/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que define diretrizes para a

política de entrega voluntária de remédios vencidos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Loja Simbólica Monte Moriah nº 80. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 002/09, de 04/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 012/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Loja Simbólica Monte Moriah, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de utilidade pública o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, do Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 037/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo Promocional Pequeno Anjo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação dos Universitários de São Paulo do Triunfo, com sede e foro na Comarca de São João Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 038/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Universitários de São Paulo do Triunfo, com sede e foro no Município de São João Triunfo.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 03/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 533, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 495, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.**

O requerimento vai firmado pelos 54 Deputados. Apoiado por todos.

Requerimento nº 497, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 535, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 498 a 518, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 521, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 523, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 525, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**)

Requerimentos nºs 526 a 528, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 531 e 532, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 536, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, como Líder do Governo tenho que reconhecer o seguinte: sou consultado pelos Deputados que compõem e integram a nossa base, e também conversando

com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, há um sentimento de diversos companheiros que já têm trabalho, por exemplo, nas comissões externas nas regiões e há compromissos. Então, queria solicitar a V. Exa. que antecipássemos a Sessão de amanhã para hoje, ou realizasse uma segunda Sessão na segunda-feira.

Quero assumir a responsabilidade, porque eu mesmo comuniquei a diversos Parlamentares que não haveria Sessão. Não temos feito Sessão por conta da questão de não ter nenhum projeto urgente para ser votado. Acreditei que na quinta-feira haveria uma Sessão de homenagem, amanhã. Os Parlamentares têm diversas atividades marcadas. Então, queria que V. Exa. pudesse transferir essa Sessão para imediatamente após esta, ou então para a próxima segunda-feira.

Era isso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O mesmo entendimento que o Líder do Governo, Deputado Romanelli, teve, nós conversamos durante a Sessão da possibilidade de antecipar essa Sessão de amanhã para o dia de hoje, uma vez que alguém havia comentado que haveria uma Sessão Solene marcada para amanhã. Isso eu acho que foi uma confusão em relação à Sessão Solene que aconteceu na última quinta-feira, a homenagem aos 180 anos da imigração alemã. Mas, alguns Parlamentares, tenho conversando com alguns Deputados da Oposição, também já tinham agendado alguns compromissos nas suas bases. E por essa razão, já que a Sessão, se a fizermos amanhã ou a fizermos hoje, ou mesmo fazer a Sessão de quinta-feira na segunda-feira próxima, as duas Sessões, não haverá prejuízo nenhum para os trabalhos legislativos aqui do Parlamento. Por esta razão concordamos, não é suspender a Sessão, em absoluto, ou antecipá-la, ou realizar duas Sessões na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto mais alguns líderes de partido, de bancada. Deputado Luiz Carlos Martins, Líder do PDT, e o Deputado Marcelo Rangel, se acompanham a solicitação do Líder do Governo e do Líder da Oposição, para que façamos duas Sessões na segunda-feira.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Eu concordo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, V. Exa. cada vez mais democrático, consultando sempre, é bom que o povo saiba disso. V. Exa. sempre nos consultou em todas as decisões desta Casa, inclusive na votação da PEC de vossa autoria para acabar com o voto secreto. Só que eu sei também que V. Exa. é um escravo das leis. Se existir uma lei maior, com certeza, V. Exa. será o primeiro a vir aqui e nos consultar: “Cumprimos ou não cumprimos? A minha parte, como Presidente, eu devo cumprir, é uma lei maior.” Eu concordo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um questionamento: não haveria de ter um requerimento colocado na Mesa antes de iniciar o processo da Ordem do Dia para que se pudesse adiar a Sessão? Como eu não vi esse requerimento, acho que devemos cumprir a lei, porque agora há pouco eu acabei de ouvir, aqui, vários Srs. Deputados dizendo que esta Casa tem que cumprir a lei, que esta Casa tem que cumprir o Regimento, porque senão o STF reforma as nossas decisões lá em Brasília, porque deixamos de cumprir a lei.

Então, acho que se temos que cumprir a lei, tem que ter Sessão, porque a lei determina que deveria haver um requerimento e não há. Não podemos transferir a Sessão, pelo menos é o que diz o Regimento. Agora mesmo acabei de ver vários discursos, aqui, dizendo que não cumprimos a lei.

Então, queria deixar essa manifestação favorável à Sessão de amanhã, às 10h da manhã, aqui estaremos para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas esclareço, Deputado Jocelito Canto, que estarei aqui de qualquer maneira às 8h. Mas, o Plenário é soberano, não há o requerimento, mas houve o pedido verbal do Líder do Governo, do Líder da Oposição.

Consulto V. Exas. se querem que haja a Sessão amanhã.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Acho que seria bom ter Sessão amanhã, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, V. Exa. com o devido respeito, mas já houve a manifestação de cada Parlamentar. Quero dizer a V. Exa., o seguinte: eu liberei, por minha conta e risco, os Parlamentares que vieram me perguntar se haveria Sessão amanhã ou não. Eu disse que não haverá Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Aí é por sua conta e risco.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agora, quero dizer a V. Exa. o seguinte: as pessoas me perguntaram, eu disse isso e penso o seguinte: não há nenhum prejuízo. Sinceramente, se tem alguém que aqui nesta Casa trabalha, e trabalha muito, sou eu, graças a Deus, meu pai me ensinou assim. Tenho feito dessa forma. Quero dizer a V. Exa., que às vezes me traz muitas saudades o bom e velho Deputado Aníbal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dizer a V. Exa. que as decisões aqui, independente do Aníbal ou não, são democráticas. Faço questão absoluta de dividir a responsabilidade com V. Exas. Não vou tomar nenhuma decisão e se V. Exas. preferem as duas Sessões na segunda-feira, faremos. Se quiserem amanhã, não há dificuldade alguma.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, na esteira do Líder Romanelli, Líder do Governo, eu também como Líder do PDT liberei a nossa bancada, para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fica marcada a próxima Sessão para segunda-feira, quando teremos duas Sessões.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 847/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012, 037 e 038/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/09.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEY LEPREVOST EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 2009.

Fraternidade e Segurança Pública

(Dom Moacir José Vitti)

Arcebispo Metropolitano

A Campanha da Fraternidade de 2009 quer ser o grande esforço de Igreja no Brasil e, principalmente, em nossa Arquidiocese de Curitiba, para viver intensamente o tempo santo da Quaresma, constituindo-se como um extraordinário instrumento para que todas as pessoas busquem a conversão e vivam um tempo de graça e salvação por meio da oração, jejum, prática da caridade e do amor solidário, da escuta da Palavra, que nos leva à verdadeira Páscoa.

A Campanha da Fraternidade de 2009 apresenta-nos o tema Fraternidade e Segurança Pública com o lema: "A Paz é fruto da Justiça". Mostra a preocupação da Igreja no Brasil em criar condições para que o Evangelho seja vivido, em uma sociedade que, cada dia, se torna mais violenta e insegura para as pessoas, e procura contribuir para que esse processo seja revertido através da força transformadora do Reino de Deus.

A Segurança Pública é tema de grande relevância e influência na vida de todas as comunidades do Brasil.

Conforme as pesquisas de opinião pública, a violência e o desemprego são as questões que mais preocupam o povo brasileiro. Logo, a Segurança Pública é um assunto prioritário a ser resgatado para que todos possam viver melhor, com mais confiança, menos medo e trauma.

Porém, sabe-se que para conseguirmos resultados efetivos no combate à violência, é necessário uma real e efetiva participação da comunidade, a fim de conseguirmos conquistar a desejada paz.

A paz buscada é a paz positiva, orientada por valores humanos como a solidariedade, a fraternidade, o respeito ao outro e a mediação pacífica dos conflitos, e não a paz negativa, orientada pelo uso da força das armas, a intolerância com os diferentes, tendo como foco os bens materiais.

A estrutura da violência e da exclusão nos fragmenta e está nos deixando apavorados. Vivemos um tempo perigoso. Medo e insegurança atingem a todos. Diariamente, chegam de todos os cantos do País notícias de injustiças e violências as mais diversas. Nossa sociedade se torna cada vez mais insegura, e a convivência entre as pessoas é cada vez mais difícil e delicada.

A Igreja quer contribuir para reverter essa situação, através da força transformadora do Evangelho. Todos somos convocados a uma conversão e a assumir atitudes e opções oferecidas por Cristo, únicos valores capazes de garantir, de verdade, a eficaz construção de uma sociedade mais justa e solidária, conseqüentemente mais segura. “Onde pões tua confiança? Segurança quem te traz? É o amor que tudo alcança; só a justiça gera a paz”.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 032/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1624, datado de 18/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de 90 (noventa) dias, a partir de 08/01/09 com término em 07/04/09, CID. 10 L4-L5 e L5-S1.

Gabinete da Diretoria Geral, 19/02/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 033/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Fevereiro/09

11 MARIA DE LOURDES G. M. MAGALHÃES
476 JOAO ALBERTI ANDRETTA
109 JOSE MARIA DE PAULA
510 LINDAMIR EDIL CARAN
333 DANILO CERQUEIRA LEITE JUNIOR
616 TEREZA CRISTINA CONTI Q. CAMPELO
377 MARCO AURELIO SALDANHA ROCHA

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 034/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

Fevereiro/09

40003 WILFRIED KOESTER
40289 MARIA DE FATIMA DA SILVA
40020 ALFREDO MARON
40319 ANGELO DRESSENO FILHO
40041 ALEXANDRA MARIA MIHOCKIY
40326 JESILDA DE OLIVEIRA E SILVA
40064 CARLA APARECIDA BUENO
40340 DIRCE OLIVEIRA DOS SANTOS
40079 JEFFERSON ABADE
40344 LAUDELINA DOS SANTOS
40095 CLAUDIO BONAMIN
40360 JOSELIA DA SILVA
40133 SANDRA T. M. M. BORGES DE MACEDO
40391 DORALICE POTIER
40170 CELSO DIRCEU DA PAZ
40394 ROSANGELA ALVES CARDOSO
40178 ILMA ELIZABETE MOREIRA MACENO
40420 SANDRA REGINA BARROS RIBEIRO
40179 VALDIR MASAMI UEDA
40426 ADENIR CARLOS CORDEIRO
40183 SOLANGE MARIA MARIOTTI
40428 EDIR SACCOMORI
40192 JOELCIO FRANCISCO ALVES
40434 MARIA DE FATIMA PEREIRA
40198 MURILO SERGIO JOAQUIM
40447 ELIETE DE PAULA XAVIER ZIESEMER
40233 JACKSON MIGUEL BADUY
40478 SIMONE CARON

40238 MARIA VERACI SKOLIMOSKI
40521 LUSMARI TERESINHA MACHADO
40241 MARLI DE BASTOS STALCHMIDT
40616 JOAO CARLOS DOMINCHESKI RAMOS
40271 DORIVAL CAETANI

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/02/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 035/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1405, datado de 16/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - revogar a Portaria nº 020/95;
2 - mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANGELO DRESSENO FILHO, matrícula nº 40319, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação no Setor de Engenharia, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/03/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 038/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1739, datado de 19/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do funcionário JOSÉ CORREIA, matrícula nº 40445, para continuar prestando serviços junto ao Governo do Estado do Paraná, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/03/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 039/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1740, datado de 19/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição da funcionária LETICIA CRISTINA BASSLER LISBOA, matrícula nº 6406, para continuar prestando serviços junto à Vice-Governadoria do

Estado do Paraná, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/03/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 040/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo Protocolado sob nº 1741, datado de 19/02/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar a disposição do Governo do Estado do Paraná os serviços do funcionário deste Poder Legislativo, FELIPE KAMPMANN BITTENCOURT, matrícula nº 8204, para exercer cargo junto à Direção do Patronato Penitenciário do Estado - DEPEN, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03/03/09.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e nove, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua segunda Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Proposição nº 016/09. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício, Relator da Proposição nº 016/09, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, referente ao mês de fevereiro de 2009. A matéria foi estudada com o devido empenho e pelo que demonstra o relatório e o movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 016/09 e, como as contas apresentadas encontram-se corretas, o Relator decidiu pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as mesmas atendem a regulamentação em vigor. O Parecer foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Publicações Administrativas:***Procuradoria Geral******Parecer***

GABINETE DA PROCURADORIA

Interessado: JOSÉ ALMIR DA LUZ**Assunto:** Anotação de tempo de serviço**Protocolo:** 7054/08**PARECER** n° 026/09 - Gab. Procuradoria

JOSÉ ALMIR DA LUZ, matrícula n° 40142, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, nível NTC-04, lotado no Setor de Patrimônio, requer anotação de tempo de serviço conforme Certidão da Confederação Brasileira de Futebol, em anexo.

O Chefe da Coordenadoria de Relações Trabalhistas informou o processo e instruiu com cópia da Ficha Funcional.

Do exame de seus assentamentos funcionais e tendo em vista que foi admitido na Casa em 23/06/82, nesta data, conta com 28 anos, 01 mês e 26 dias de tempo de contribuição com a previdência.

Na Certidão (inscrição n° 44064) a Confederação Brasileira de Futebol, não comprova ter feito as contribuições sobre os salários com o Instituto Nacional de Previdência Social - INSS durante os períodos de tempo em que o funcionário prestou serviços para aquela entidade.

De acordo com o parágrafo 10°, do artigo 40, da Constituição Federal, é proibido estabelecer qualquer

forma de contagem de tempo fictício, motivo pelo qual indeferimos o pedido.

Dê-se ciência ao funcionário.

Este é o nosso parecer, S.M.J.

Gabinete da Procuradoria, em 19/02/09.

(a) THEMIS PETTERLE

GABINETE DA PROCURADORIA

DESPACHO N° 026/09 - GB. PROC.

DE: Gabinete da Procuradoria

PARA: Dr. Ayrton Costa Loyola

MD. Procurador Geral Da Casa

Encaminhamos o Protocolo n° 7054/08 com Parecer n° 026/09.

Em 19/02/09.

(a) THEMIS PETTERLE

I - Pelo indeferimento de acordo com o Parecer n° 026/09.

II - A consideração do Sr. Diretor Geral.

Gabinete, em 26/02/09

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

DIRETORIA GERAL

Protocolo n° 7054/08

Despacho:

1 - Indefiro, nos termos do Parecer da Procuradoria;

2 - Ao D.S.E. para publicação;

3 - Ao D.A. para arquivar.

Em, 03/03/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

